EXERCÍCIO 1994

Electricidade do Norte, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO
E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
1994

ÍNDICE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 3

MACROESTRUTURA DA EMPRESA 4

SÚMULA 6

REESTRUTURAÇÃO DA EDP 8

SITUAÇÃO ECONÓMICA E ENERGÉTICA 9

Enquadramento Macroeconómico 10

Cenário Regional 11

Enquadramento Sectorial 12

ORGANIGRAMA DA EMPRESA 14

ACTIVIDADE EMPRESARIAL 15

MOVIMENTOS DE ENERGIA 16

ACTIVIDADE COMERCIAL 17

EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO 21

COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL 24

RECURSOS HUMANOS 24

ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

INSPECÇÃO E AUDITORIA 27

POLÍTICA DE QUALIDADE 28

POLÍTICA DE AMBIENTE 28

FINANCIAMENTO 28

INVESTIMENTO 29

REALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 31

CONSIDERAÇÕES FINAIS 35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 37

Balanço 38

Demonstração 40

Anexo 42

Demonstração de Resultados 43

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 65

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 69

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS 72

GLOSSÁRIO TÉCNICO 73

W28025
10323

ÍNDICE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
MACROESTRUTURA DA EMPRESA	4
SÚMULA	6
REESTRUTURAÇÃO DA EDP	8
SITUAÇÃO ECONÓMICA E ENERGÉTICA	9
Enquadramento Macroeconómico	10
Contexto Regional	11
Comportamento do Mercado	12
ORGANIGRAMA DA EMPRESA	14
ACTIVIDADE EMPRESARIAL	15
MOVIMENTOS DE ENERGIA	16
ACTIVIDADE COMERCIAL	17
EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	21
COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL	24
RECURSOS HUMANOS	24
ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS	26
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	27
INSPECÇÃO E AUDITORIA	27
POLÍTICA DE QUALIDADE	28
POLÍTICA DE AMBIENTE	28
FINANCIAMENTO	28
INVESTIMENTO	29
REALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 1994	38
Demonstração de Resultados	40
Resultados por Funções	42
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	43
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	65
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	69
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	72
ANEXO ESTATÍSTICO	73

nog. 188085
Ex 10323

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A EN - Electricidade do Norte foi criada em Agosto de 1994 como resultado da reestruturação da EDP. À nova empresa foi atribuída a área geográfica da antiga DODN da EDP. A EN herdou assim uma sólida cultura de empresa distribuidora de electricidade, cultura essa adquirida ao longo de anos de trabalho, a satisfazer as exigências de uma das redes eléctricas mais complexas do País.

A EN surge numa altura em que o Sector Eléctrico está, em todo o Mundo, a ser alvo de grande mudança. Os motores dessa mudança são a Sociedade e os avanços tecnológicos. O desafio que se coloca à EN é compreender e antecipar essas mudanças por forma a poder adaptar-se a elas.

Neste novo contexto as velhas máximas continuam a ser válidas: o Cliente deverá continuar a ser a razão de existência da Empresa e deve ser preocupação de toda a estrutura, actuar permanentemente no sentido de manter a sua competitividade.

A Administração da EN tem consciência da responsabilidade da empresa como elemento indutor de bem-estar na região em que se insere, e tudo fará por forma a assegurar aos seus Clientes um serviço de qualidade. Continuará também a desenvolver com os seus fornecedores relações de parceria que promovam o desenvolvimento tecnológico, que assegure o aumento progressivo da eficácia de actuação de todo o conjunto de empresas, que contribuem para o fornecimento de energia na sua área de actuação.

2 1 3

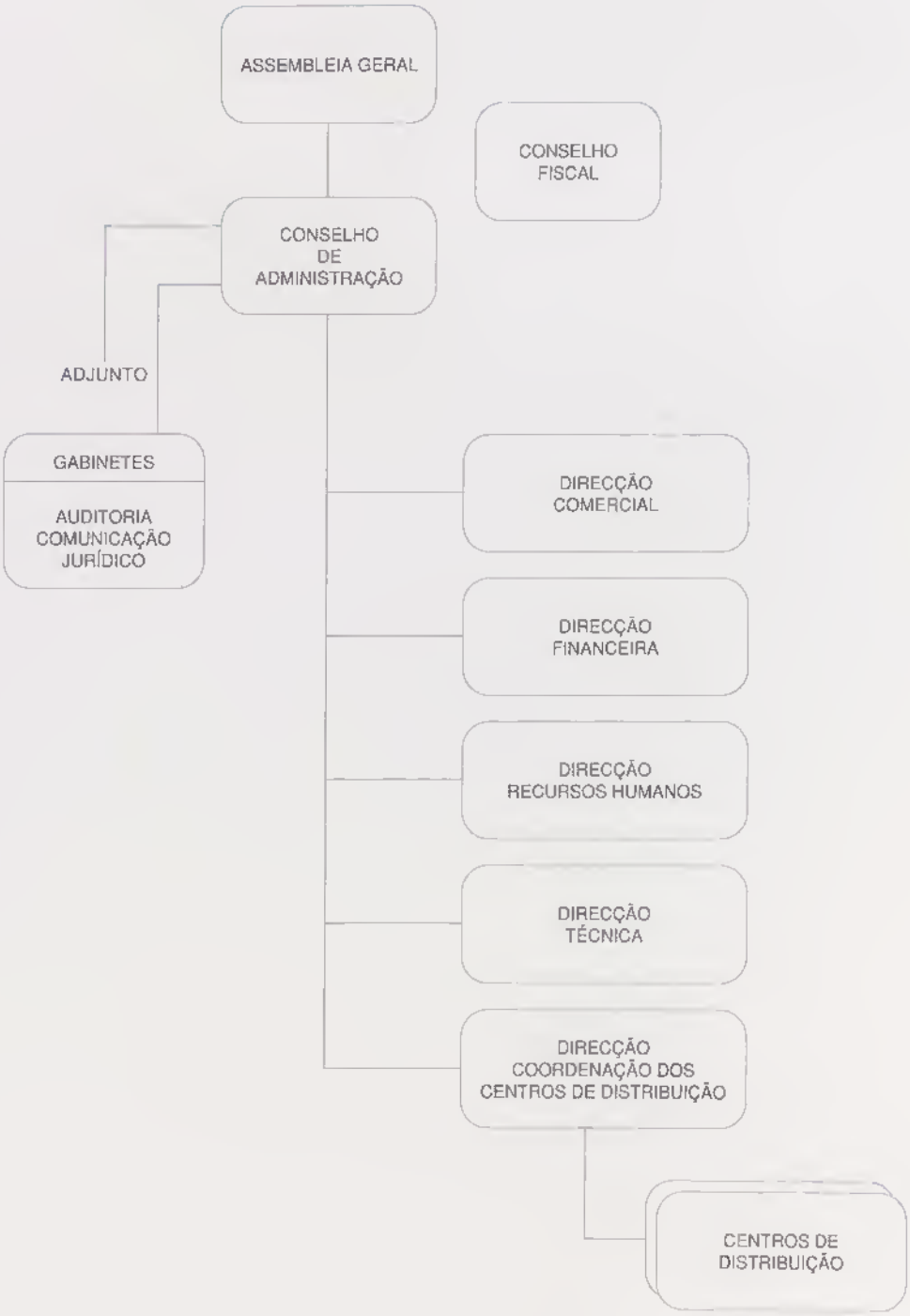
Conselho de Administração

1 - Engº António Maria Ramos da Silva Vidigal

2 - Engº Carlos Manuel do Carmo Brandão

3 - Bacharel José Celestino Oliveira Rocha

MACROESTRUTURA DA EMPRESA



Mesa da Assembleia Geral
Engº João Carlos de Campos Guimarães
Presidente
Engº José António M. Silva Neto
Vice-Presidente
Engº Agostinho Gonçalves Barreira
Secretário

Conselho Fiscal
Engº João Batista Lemos Costa
Presidente
António Magalhães & Carlos Santos - SROC
Vogal (ROC)
Engº António Carlos Machado Vieira
Vogal
Leal & Carreira - SROC
Vogal (ROC) Suplente
Engº Carlos Alberto Dias Machado
Vogal Suplente

Conselho de Administração
Engº António Maria Ramos da Silva Vidigal
Presidente
Engº Carlos Manuel do Carmo Brandão
Vogal
Bacharel José Celestino Oliveira Rocha
Vogal

Adjunto
Engº João Carlos de Campos Guimarães
Adjunto do Conselho de Administração

Gabinetes
Dr. António Cândido Santos Silva
Director de Gabinete Comunicação
Dr. Manuel Peres Correia
Director de Gabinete Jurídico

Direcções
Engº Paulo Manuel S. Pinto de Almeida
Director Comercial
Drª Maria de Fátima Gomes Sousa Nobre
Directora Financeira
Engº José António M. Silva Neto
Director Recursos Humanos
Engº Agostinho Gonçalves Barreira
Director Técnico

Centros de Distribuição
Engº Afonso Henriques Sá Morais Machado
Director de Centro Aveiro
Engº Joaquim Costa Vieira
Director de Centro Braga
Engº José Marcelino Gonçalves
Director de Centro Bragança
Engº Técn. Armando da Silva Carvalho
Director de Centro Guimarães
Engº Técn. Fernando Leonel Ganso Barão
Director de Centro Maia
Engº José Carlos Bronze Ramos
Director de Centro Matosinhos
Engº António Venâncio Palha de Araújo
Director de Centro Penafiel
Engº António José Machado Vaz
Director de Centro Porto
Engº Técn. Mário Cunha R. Guimarães
Director de Centro Viana do Castelo
Engº Técn. Tiago Gonçalves Cruz e Silva
Director de Centro Vila Nova de Gaia
Engº Gaspar Guerreiro Enes Rego
Director de Centro Vila Real

1. A EN - Electricidade do Norte, S.A., iniciou a sua actividade em 1 de Setembro de 1994, assumindo, no entanto, os direitos e obrigações da ex-Direcção Operacional de Distribuição Norte (DODN) da EDP desde 1 de Janeiro, excepto os direitos e obrigações inerentes ao então Departamento de Produção Hidráulica, o qual deu origem à HDN-Energia do Norte, S.A..
   Refira-se que os dados anteriores a 1994, constantes deste Relatório, são relativos à ex-DODN/EDP, expurgados dos do ex-Departamento de Produção Hidráulica.
2. Neste primeiro ano de actividade a empresa apresentou um conjunto de indicadores de estrutura e rendibilidade que reflectem uma situação económica e financeira equilibrada.
   Os Resultados Líquidos atingiram 4,3 milhões de contos, tendo sido afectados pela constituição de Provisões Extraordinárias de 9,4 milhões de contos.
   A Rendibilidade Económica Líquida foi de 8,2%.
3. Em 1994 assistiu-se ao início da retoma da economia nacional, com um crescimento do PIB de cerca de 1%.
   Ao nível das vendas de electricidade, o crescimento em GWh atingiu 4,1%, relativamente a 1993; se se excluírem as vendas à Siderurgia Nacional/Maia - cliente desde Julho de 1994 - aquele crescimento passa para 2,7%.
   A facturação de energia, excluídas as vendas ao grupo EDP, foi de 196,7 milhões de contos, o que originou uma variação positiva de 9,6%, relativamente a 1993.
   Não obstante, registou-se uma descida dos preços para os clientes com potências contratadas superiores a 19,8 kVA, de 3% para a energia de horas de vazio e de 1% para as restantes tarifas, a que terá correspondido uma redução, em termos reais, da ordem dos 5%. Para o segmento inferior a 19,8 kVA verificou-se um aumento de 3%, o que terá conduzido a uma diminuição, em termos reais, da ordem dos 2%.
4. O investimento, a custos técnicos, foi de 24,4 milhões de contos, a que acresceram 985 milhares de contos de encargos financeiros.
   A empresa libertou meios que permitiram financiar a quase totalidade do investimento, o que é traduzido pelo indicador de Capacidade de Autofinanciamento de 98,8%.
   Durante 1994 entraram em exploração três novas subestações. Assim, a potência global instalada passou a ser de 4 496,3 MVA, revelando um crescimento de 1,4%, face ao ano anterior.
5. Generalizou-se o Sistema de Gestão de Presenças e Absentismo (SGPA) a toda a Empresa e iniciou-se a exploração do Sistema de Gestão de Incidentes (SGI), tendo-se implementado, em 1994, no Centro de Distribuição Porto, o que possibilitará maior eficiência na identificação e resolução de avarias.
6. A Solvabilidade Total foi de 160,8%, bem demonstrativa da capacidade da empresa para solver os seus compromissos.
   Tendo em conta que a actividade da EN é de capital intensivo, a solidez da estrutura financeira reflectida no indicador Passivo MLP/Capitais Próprios (108,7%) é superior ao que é normal. Tal deveu-se ao facto de os Resultados Líquidos terem sido fortemente influenciados pelos Resultados

Extraordinários negativos. Considerando os Resultados Extraordinários expurgados das Provisões Extraordinárias e da dotação para Correcção de Hidraulicidade, aquele indicador passa a ser de 94,8%.

Os créditos sobre clientes, resultantes da facturação por vendas de energia, não incluindo a dívida consolidada das Autarquias, eram de 36,6 milhões de contos, tendo-se verificado uma redução de 1,9% em relação ao início do exercício e uma maior eficiência nas cobranças da facturação corrente.

No final do ano, a dívida a médio e longo prazo ao Accionista (Holding EDP) era de 101,2 milhões de contos, menos 13,9 milhões do que no início de 1994.

7. A valorização dos Recursos Humanos constituiu uma preocupação fundamental da gestão, traduzida pelo número de acções de formação profissional interna (294) bem como pelo número de participantes (3 936), o que tem revelado aumentos de produtividade per-capita.

   O Valor Acrescentado Bruto per-capita foi de 18,2 milhares de contos e as Vendas per-capita foram de 43,9 milhares de contos.

REESTRUTURAÇÃO DA EDP

A EN - Electricidade do Norte, S.A., constituiu-se em 1994, no decurso do processo de reestruturação da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., o qual foi determinado pelo Decreto-Lei 7/91, de 9 de Janeiro, e que culminou na acta de cisão da Assembleia Geral da EDP de 18 de Agosto.

Esta nova empresa iniciou a sua actividade em 1 de Setembro e resultou do destaque da então Direcção Operacional de Distribuição Norte (DODN) da EDP, retirado o então Departamento de Produção Hidráulica.

Por força da reestruturação, os resultados que se apresentam reflectem as operações contabilísticas efectuadas pela EDP-Direcção Operacional de Distribuição Norte desde 1 de Janeiro até 31 de Agosto, excluindo os inerentes ao seu então Departamento de Produção Hidráulica.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Para o ano de 1994, as estimativas publicadas pela OCDE, apontam para uma retoma simultânea nos países pertencentes a essa Organização (crescimento do Produto Interno Bruto da ordem dos 2,8%, contra 1,3% em 1993) e para a recuperação progressiva das economias europeias (acréscimo do PIB de 2,5%, após uma quebra de 0,1% em 1993), sob o impulso da economia americana (mais 3,9%) e ainda da forte expansão dos países em desenvolvimento.

Relativamente à análise da Economia Portuguesa, para 1994, os dados disponíveis apontam para o início de um processo de retoma, lento mas sustentado. Constatou-se o início da recuperação da actividade económica, nomeadamente na segunda metade deste ano. Estima-se para 1994 um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 1% (contra uma quebra de 1% no ano anterior).

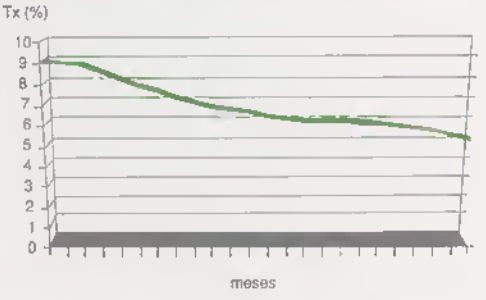
A procura externa constituiu o principal motor da recuperação, aliás, em sintonia com o que se verificou na generalidade dos países da União Europeia. Em 1994, estima-se que as exportações de bens e serviços tenham atingido um crescimento, em volume, da ordem dos 7%, após uma redução de 4% em 1993.

Quanto à procura interna, o dinamismo das exportações induziu a impulsos positivos, que se fizeram sentir na segunda metade do ano, representando uma inversão, relativamente a valores do início de 1994. Após a queda significativa das principais variáveis macroeconómicas, durante o primeiro semestre de 1994, a generalidade dos indicadores relativos ao investimento tiveram um comportamento menos desfavorável no decurso do segundo semestre. Apesar disso, estima-se que o investimento tenha registado uma tendência para a estagnação, contra um crescimento de menos 5% em 1993.

O efeito conjugado da estagnação do investimento com o aumento do desemprego, que atingiu a taxa de 7,1% da população activa (11,6% na União Europeia) e da adopção de uma política de contenção salarial, conduziu à estagnação do consumo.

A moderada procura interna contribuiu decisivamente para o prosseguimento da trajectória descendente da inflação, fixando-se, em 1994, na taxa média anual (sem habitação) de 5,2% (a menor dos últimos 22 anos), reduzindo-se, assim, a cerca de 2 pontos percentuais o diferencial face à taxa média comunitária.

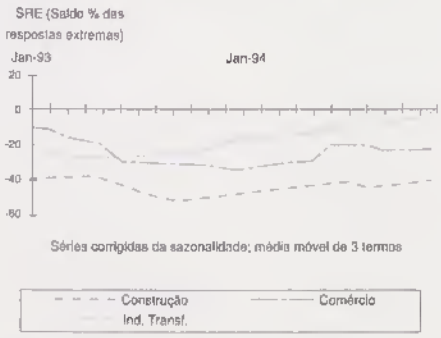
Inflação Anualizada (1993 e 1994)



O desfasamento na evolução das componentes externa e interna da procura explica a fraca intensidade com que a retoma se fez sentir, em 1994, na economia nacional. Assim, os sectores exportadores da indústria transformadora, o turismo e o comércio por grosso foram, pela sua maior dependência dos mercados externos, os que mais cedo apresentaram uma evolução positiva. Esta evolução, foi confirmada pelo maior clima de confiança que os empresários da indústria transformadora (mais dependentes da procura externa), mostraram nas respostas aos

inquéritos de conjuntura do INE, enquanto que, para o sector da construção e do comércio a retalho (mais dependentes da procura interna), esse clima, não só foi de menor confiança como melhorou a um ritmo menos acentuado.

Clima de Confiança



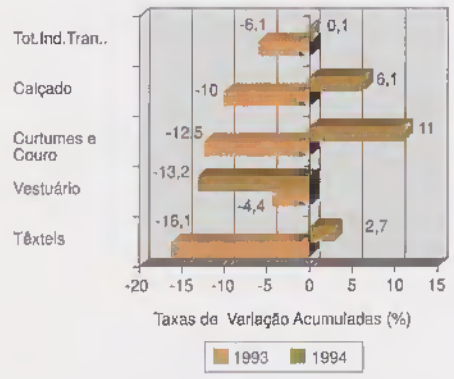
Contexto Regional

A actividade desenvolvida pelos agentes económicos que actuam no âmbito da área geográfica de intervenção da EN - Electricidade do Norte, S.A., é, naturalmente, influenciada pelo contexto macroeconómico.

O tecido industrial que enforma a zona Norte, que "grosso modo" coincide com a área da EN, tem um forte componente nos sectores dos têxteis, do vestuário, dos curtumes e do couro e no do calçado, que são fortemente exportadores. Estes sectores representaram, de Janeiro a Outubro de 1994, 37% das exportações nacionais. Trata-se ainda de sectores de mão-de-obra intensiva, cujas flutuações do seu nível de actividade têm impacto significativo no total do emprego da indústria transformadora, dado que estes sectores representam cerca de 40% do total do emprego da indústria transformadora.

Enquanto que o Índice de Produção Industrial (IPI), para o conjunto da indústria transformadora, de Janeiro a Outubro de 1994, teve uma variação de apenas 0,1%, essa mesma variação foi de Janeiro a Setembro deste ano de 2,7% nos têxteis, menos 13,2% no vestuário, 11,0% nos curtumes e couro e de 6,1% no calçado, contra, respectivamente, menos 16,1%, menos 4,4%, menos 12,5% e menos 10,0%, em 1993.

Índice de Produção Industrial (IPI)

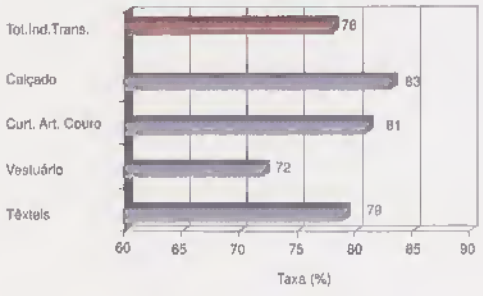


Nota:
De Jan. a Set. de 1994 para os sectores e de Jan. a Out para o total da Ind. Transf.

O já referido dinamismo da procura externa fez-se notar de forma mais acentuada nos sectores dos curtumes e do couro e no do calçado, de forma moderada no dos têxteis e mostrou-se insuficiente para induzir a retoma no sector do vestuário (mais dependente do consumo privado e a sofrer uma concorrência cada vez mais acrescida dos países em desenvolvimento).

A maior actividade desses sectores (excepto no do vestuário) é também confirmada pelas taxas de utilização da capacidade produtiva que, sem terem atingido os níveis de 1989 e de 1990, apresentam níveis mais elevados que os de 1993.

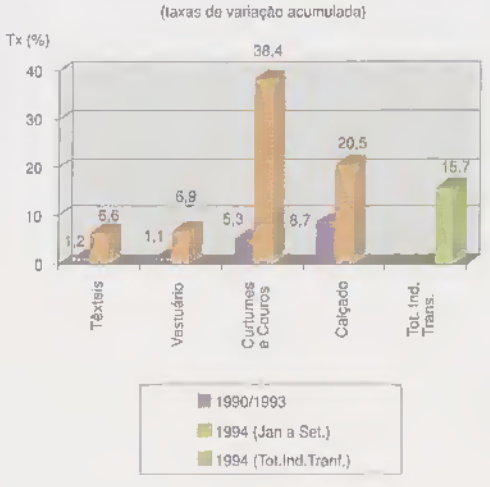
Taxa de Utilização da Capacidade Produtiva (3º Trimestre 1994)



As taxas de crescimento das exportações, em escudos, de Janeiro a Setembro de 1994, também confirmam a importância da procura externa nos sectores atrás referidos, indiciando um acréscimo de competitividade desses sectores e de ganhos de quota de mercado, sendo de realçar a evolução favorável no sector dos curtumes e do couro e a continuação da boa "performance" no do calçado.

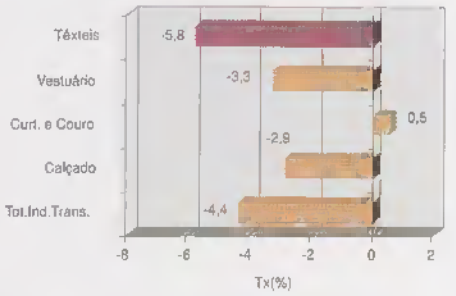
O decréscimo, em termos reais, da ordem dos 4% dos preços da electricidade para as indústrias, foi um contributo para a melhoria da sua competitividade. No entanto, em sentido contrário, há que ter em conta o aumento do preço internacional das matérias-primas, como é o caso das peles, das borrachas e dos plásticos.

Exportações



Em 1994, a ligeira reanimação da actividade económica, ainda não foi suficiente para que o mercado do emprego tivesse um comportamento positivo. Os índices do emprego por sectores publicados pelo INE (segundo semestre) mostram taxas de crescimento negativas em todos os sectores, excepto no dos curtumes, onde o emprego deixou de cair.

Taxas de Emprego



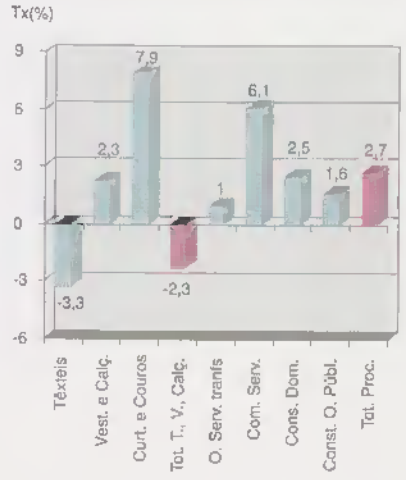
Comportamento do Mercado

Face ao enquadramento económico referido, que se caracterizou, em 1994, pelo crescimento acentuado da procura externa, a qual, só por si, foi insuficiente para a dinamização global da economia e em que os rendimentos reais das famílias terão decrescido, o comportamento da procura de electricidade a que a EN - Electricidade do Norte, S.A., teve que responder foi, de uma forma geral, concordante com o contexto em que se desenvolveu a actividade económica na sua área geográfica de intervenção. Assim, em 1994, a procura total (clientes finais) atingiu o montante de 9446 GWh*, mais 245 GWh que em 1993, a que correspondeu uma moderada taxa de crescimento (mais 2,7% que em 1993). Esse comportamento, nos diversos segmentos de mercado mais significativos, apresentou o seguinte crescimento, em GWh:

		1994/93
Total das indústrias transformadoras		*1,2%
1. têxteis	(-3,3%)	
2. vest. e calçado	(2,3%)	
3. curt. e couro	(7,9%)	
(1+2+3)	(-2,3%)	
Outros sectores*		1,0%
Comércio e serviços		6,1%
Consumos domésticos		2,5%
Const. e obras públicas		1,6%

*Não se consideraram as Vendas(129GWh) às instalações da Siderurgia Nacional sitas no concelho da Maia, cliente da EN a partir de Julho/94.

Taxas de Crescimento 94/93 (GWh)



Apesar de em 1994 o Índice de Produção Industrial relativo ao sector dos têxteis ter crescido 2,7%, a procura de electricidade desse sector decresceu 3,3%**, o que se justificará, por um lado, pelo seu menor nível de actividade e, por outro, pela produção de electricidade, através do sistema de cogeração, para uso próprio nas maiores indústrias deste sector.

Nos sectores do vestuário e do calçado, a procura de electricidade em 1994 cresceu 2,3%**, enquanto que o Índice de Produção Industrial decresceu 13,2% no sector do Vestuário e cresceu 6,1% no do calçado, o que significa que o referido crescimento da procura se deveu ao comportamento bastante positivo do sector do calçado.

Nos restantes sectores da indústria transformadora, o baixo crescimento em 1994 da procura (1%)** confirma a ideia do carácter ainda limitado da retoma económica, podendo, no entanto, significar o início de uma nova fase de crescimento económico que se espera mais acentuado. De facto, o comportamento de alguns sectores assim o indicia, como é o caso das indústrias químicas, dos derivados do petróleo, da borracha e dos plásticos (6,8%)**, das indústrias alimentares, bebidas e tabaco (6,6%)** e das indústrias metalúrgicas de base (5,4%)**.

Quanto à actividade do comércio e dos serviços, o crescimento de 6,1%** nessa procura dever-se-á, quer à instalação de novas grandes superfícies, quer à crescente facilidade de obtenção de crédito para o consumo e, também, ao crescente consumo de electricidade por parte do sector dos serviços (climatização, utilização de novas tecnologias da informação,...).

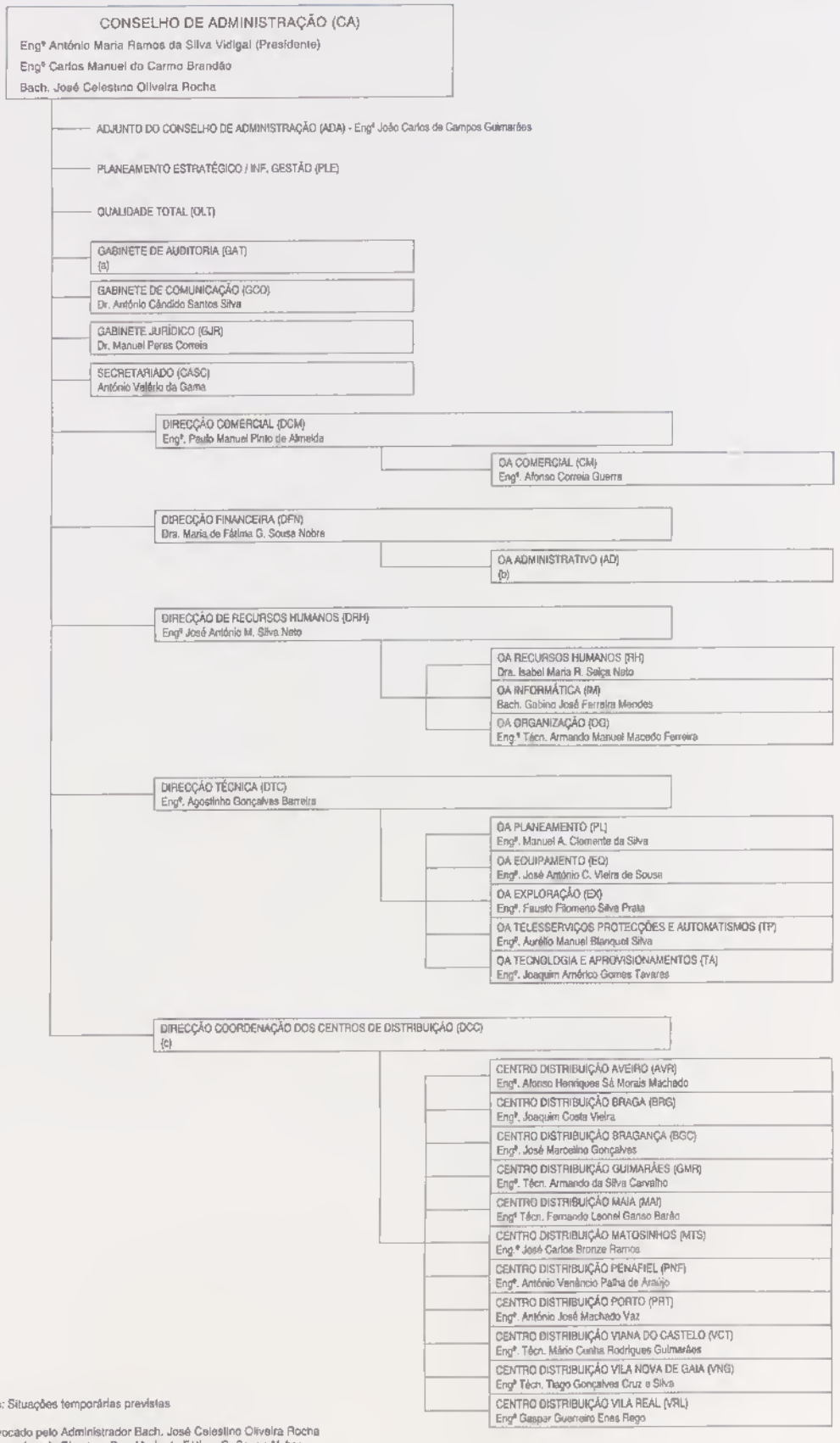
Apesar da estabilização, em termos reais, dos preços da electricidade para os clientes domésticos, verificou-se um moderado crescimento, (2,5%)** em GWh, nos consumos destes clientes, situando-se abaixo do que é normal.

Este crescimento terá resultado, entre outras razões, da redução do rendimento real das famílias, de alguma incerteza quanto ao futuro e, ainda, duma retracção nas despesas correntes por força do crescente endividamento contraído no passado, resultante, nomeadamente, da aquisição de bens duradouros e de habitação própria.

**Referem-se a unidades físicas (GWh).

FONTES: INE, BP e BPA

ORGANIGRAMA DA EMPRESA



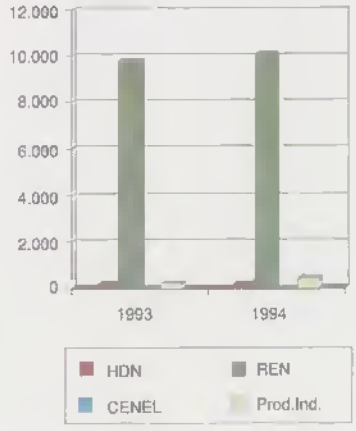
Notas: Situações temporárias previstas

(a) Avocado pelo Administrador Bach. José Celestino Oliveira Rocha
(b) Avocado pela Directora Dra. Maria de Fátima G. Sousa Nobre
(c) Avocado pelo Administrador Engº Carlos Manuel do Carmo Brandão
1994.12.31

MOVIMENTOS DE ENERGIA

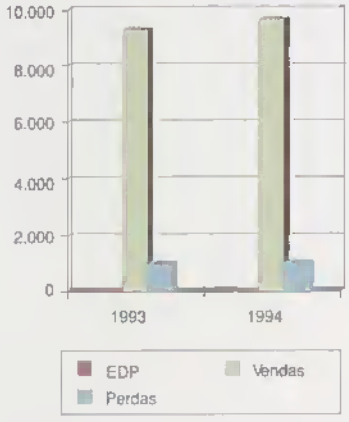
O balanço energético da EN de 1994 apresenta, relativamente a 1993, um acréscimo de 4,6 % na energia entrada na rede, cujo valor atingiu os 10 748 GWh. O principal fornecedor foi a Rede Eléctrica Nacional (REN), ex-EDP/DORE (Direcção Operacional Rede Eléctrica), cujo "peso" nos fornecimentos à EN passou de 95,4%, em 1993, para 93,7% em 1994. Por outro lado, regista-se um aumento da quota de fornecimentos de produtores independentes, de 2,3 % em 1993 para 4,2% em 1994, cujo número continua a aumentar, designadamente na área de cogeração.

Energia Entrada (GWh)



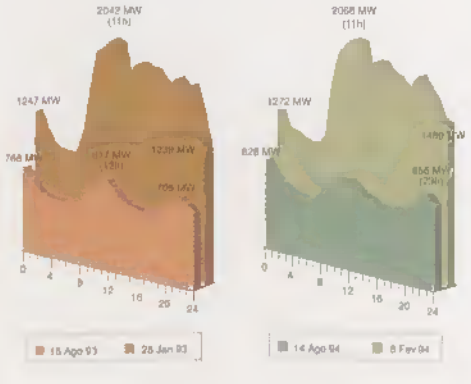
A energia saída cresceu 4,5% em relação a 1993, tendo a energia vendida, não incluindo as cedências a empresas do Grupo, registado um acréscimo de 4,1%, enquanto que em 1993 a energia vendida sofrera uma quebra de 1,4%. Para o acréscimo da energia vendida salienta-se a entrada do primeiro cliente de Muito Alta Tensão (MAT) da EN, que contribuiu com 34,2% daquele acréscimo. Nas vendas em Alta Tensão (AT) a variação foi negativa, -4%, sendo resultado da instalação de unidades de cogeração por parte de alguns dos clientes, que passaram, assim, a autoprodutores. Refira-se ainda que nas vendas em Média Tensão (MT) houve um acréscimo de 3,3%, ao contrário de 1993, em que a variação tinha sido quase nula. Na Baixa Tensão (BT) as vendas cresceram 3,2%, valor abaixo dos valores verificados em anos anteriores, mas ainda assim a uma taxa superior ao previsto, 2,2%.

Energia Saída (GWh)



O dia de ponta do ano registou-se a 8 de Fevereiro, com o valor de 2068 MW, a que correspondeu um acréscimo de 1,3% em relação à ponta verificada no ano anterior, neste caso em Janeiro.

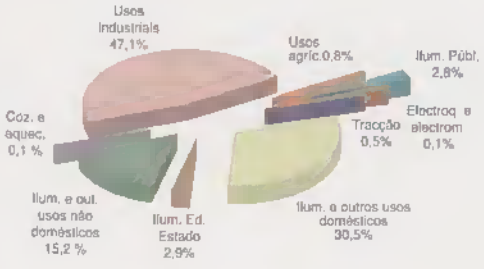
Diagrama de Cargas dos Dias de Ponta Anual



Repartição dos Consumos de Electricidade

Na repartição dos consumos por sectores de actividade, o consumo industrial representou em 1994 cerca de 48%. Esta proporção é ligeiramente superior à verificada em 1993 e resulta de o crescimento destes consumos ser superior ao crescimento dos consumos totais, 4,3% contra 4,1%, não obstante a referida diminuição de consumos dos clientes industriais que passaram a autoprodutores. Este facto reflecte os sinais de retoma na actividade económica.

Consumos de Electricidade Segundo os Destinos (%)



ACTIVIDADE COMERCIAL

Política Comercial

A orientação da empresa para o Cliente, mediante a integração das suas expectativas nos critérios de gestão, tem sido um objectivo prioritário da política comercial da EN. Com efeito, apesar do cariz fortemente técnico da EN, a diferenciação do serviço ao cliente e a adopção de políticas mais viradas para o lado da procura tem sido um objectivo prioritário da sua actividade, estando presente em todos os níveis de decisão e de actuação. A caracterização das necessidades e expectativas dos Clientes e a sua integração nos critérios de gestão e processos operacionais tem continuado a ser, pois, o objectivo prioritário da Gestão Comercial.

Relativamente à exploração dos Sistemas Comerciais, continuou a promover-se o seu desenvolvimento, seja em actividades de apoio no que se refere ao Sistema Empresarial de Gestão Comercial (SEGEC) seja pelo garante da EN na manutenção do Sistema de Clientes de Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), e Baixa Tensão Especial (BTE), procurando-se a sua adequação ao quotidiano da Gestão Comercial, com evidente melhoria na qualidade de serviço prestado.

Reconhecida como missão primária da função comercial, a garantia e o controlo da qualidade da medida constituíram um objectivo permanentemente perseguido, tendo sido desenvolvidas várias actividades neste domínio.

No âmbito da Baixa Tensão (BT), continuou-se com a campanha do Controlo Metrológico, campanha a que a empresa está obrigada e que prevê, numa 1ª fase, a substituição até 1999, de todos os contadores anteriores a 1979, tendo sido substituídos 73 600 contadores, o que conduz a um grau de realização de 98% em relação ao previsto. Também se deu continuidade à campanha de instalação de disjuntores de controlo da potência contratada. Por outro lado, prosseguiu-se com a substituição de equipas de medida de Clientes MT e BTE, tendo por finalidade a sua adequação ao sistema tarifário. Ainda no domínio destes últimos Clientes, foi desenvolvida uma ampla campanha de verificação das equipas de medida instaladas, acção conduzida em 8 Centros de Distribuição nos quais foram analisadas 512 equipas de contagem, evidenciando-se a necessidade de ampliar e dar continuidade a este tipo de intervenção.

A actividade laboratorial da EN ficou

marcada pelas acções desenvolvidas para a Acreditação dos Laboratórios do Freixo, Amial e Guimarães, tendo sido reestruturados e reequipados, encontrando-se preparados para as novas solicitações que lhes serão dirigidas.

Prosseguiu-se com a política de rigor na cobrança da facturação corrente, promovendo-se o pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos, bem como a progressiva normalização do cumprimento das obrigações em atraso, situação que conduziu à diminuição do prazo médio de recebimento e à redução do ciclo comercial.

Na área das modalidades de pagamento, foi possível promover a transferência bancária, com os consequentes benefícios para a empresa e para o Cliente, atingindo-se o final do ano com, aproximadamente, 25% dos Clientes a adoptarem esta forma de pagamento.

Destaca-se, ainda, no domínio dos fornecedores de energia eléctrica e em consequência da política de incentivos, de âmbito Comunitário, à produção independente e à cogeração, a ligação à rede da EN de 6 novos produtores de energia mini-hídrica e 10 novos produtores com recurso à cogeração, atingindo-se o final do ano com uma produção ligada à rede de 208 MVA de potência instalada. Estes produtores foram responsáveis pelo fornecimento de 450 GWh à rede da EN, 4,2% do total das necessidades e o dobro do ano anterior.

Tarifas

O ano em apreciação foi caracterizado pela continuidade do esforço no sentido de desagravar de um modo significativo as tarifas do sector produtivo. Esta vontade concretizou-se pela descida dos preços para todos os Clientes com potências contratadas superiores a 19,8 kVA, quantificada em 3% para a energia de horas de vazio e em 1% para as restantes tarifas. Relativamente ao segmento até 19,8 kVA verificou-se um acréscimo de 3% em relação ao ano anterior. Em conformidade com a política definida no final do ano de 1993 na Adenda à Convenção Geral de Electricidade, no sentido de oferecer aos Clientes um leque mais alargado de opções tarifárias mutuamente vantajosas, verificou-se que 4 Clientes, com possibilidade de redução de carga em pelo menos 4 MW, continuaram a beneficiar de um desconto de tarifa interruptível traduzido, em média, em 8,2%. Ainda no domínio da Adenda à Convenção, 17 Clientes com um determinado perfil de consumo continuaram a beneficiar de um desconto antecipador da correcção da distorção da estrutura tarifária de 10 ou 12,5%, em função da sua potência contratada. Este desconto será gradualmente reduzido até à respectiva anulação, prevista para 1998. O conjunto dos descontos atribuídos quantifica-se em, aproximadamente, 1,5 milhões de contos no final do ano.

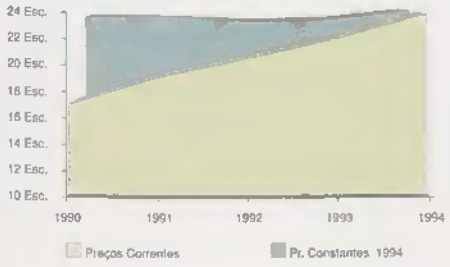
Evolução dos Preços

Nos gráficos seguintes pode constatar-se a evolução dos preços médios de venda de electricidade pela EN. A análise é efectuada para a BT e para o conjunto da MAT/AT/MT/BTE a preços correntes e a preços constantes de 1994, e engloba as componentes de energia e potência.

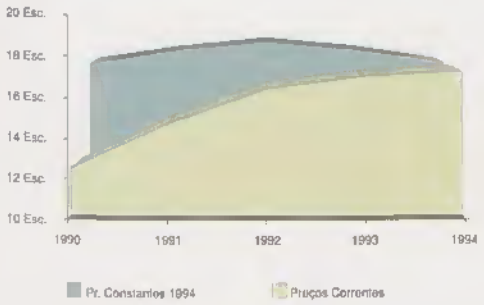
Em termos reais verifica-se uma estabilização do preço médio do kWh vendido em BT, registando-se uma variação média anual de 0,5% no período em análise.

Evolução dos Preços Médios para o Período 1990/1994 (Esc/kWh)

BT



MAT + AT + MT + BTE



Em relação ao preço médio do kWh vendido em MAT/AT/MT/BTE, é de evidenciar o seu decréscimo real em 3,8% face ao ano anterior, aliás, no seguimento do acontecido em 1993, e que incide, principalmente, nos clientes ligados à actividade económica.

Regista-se, ainda, a evolução do diferencial entre o preço médio de venda em BT e em MAT/AT/MT/BTE nos anos em apreciação, que passa de 29% em 1993 para 38% em 1994, em consequência da política de gradual correcção da estrutura tarifária que tem vindo a ser perseguida.

Facturação

A facturação de energia eléctrica, excluídas as vendas ao Grupo EDP, atingiu, em 1994, o montante global de 196,7 milhões de contos, correspondendo 86,9 milhões de contos a fornecimentos de MAT/AT/MT/BTE e 109,8 milhões de contos a fornecimentos em BT.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento global de 9,6% no montante da facturação. O decréscimo relativo aos fornecimentos em AT foi da ordem dos 9,6% e resulta, fundamentalmente, como se disse, da passagem de anteriores clientes a autoprodutores por cogeração.

Como seria de esperar, o que se observou anteriormente quanto à evolução do diferencial entre os preços médios de venda em BT e nos outros níveis de tensões é plenamente confirmado pelos valores da facturação nos últimos 5 anos. Mantendo-se, sensivelmente, a estrutura dos consumos ao longo deste período, regista-se que em 1990 o valor da facturação em BT representava 49% do total, passando esta percentagem para 56% em 1994.

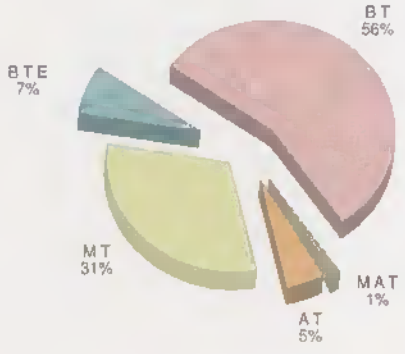
Facturação de Energia Eléctrica

(milhares de contos)

Nível de Tensão	1990	1991	1992	1993	1994
MAT					1 360
AT	15 604	18 759	20 863	10 109	9 142
MT	43 262	49 085	56 500	58 264	61 941
BTE		9 404	11 880	13 420	14 486
BTN	56 905	60 738	81 011	97 772	109 794
TOTAL	115 771	137 986	170 274	179 565	196 723

Nota: exclui o adicional para o Ex-FAT e as vendas ao Grupo EDP

Facturação por Nível de Tensão em 1994



Cobrança

A nível das cobranças, não obstante algumas dificuldades financeiras da economia nacional e, particularmente, da do Norte, área de intervenção da EN, a situação durante o ano de 1994 não se deteriorou, mercê de uma política firme nas cobranças.
No final do ano de 1994, o total dos créditos da Empresa, resultantes da facturação por fornecimentos de energia eléctrica, excluindo os referentes à dívida consolidada das Autarquias Locais, era de 36,6 milhões de contos, o que implica uma redução de 1,9% em relação ao início do ano. Dado o incremento de 9,6% verificado na facturação a melhoria ainda é mais significativa. Aliás, o valor em dívida, embora corresponda ainda a cerca de 17,4% da facturação de electricidade de 1994, incluindo o adicional para o ex-Fundo de Apoio Térmico (FAT) e IVA, representa uma melhoria quando comparado com anos anteriores.

Dívidas de Clientes de Electricidade

(milhares de contos)

Tipo de Cliente	94/01/10		94/12/31		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Estado e Org. Sociais	1 894	5,0	1 946	5,1	52	2,7
Autarquias Locais	9 359	24,8	9 131	23,9	-228	-2,4
S. Empresarial e Privados	26 077	69,2	25 553	66,8	-524	-2,0
TOTAL	37 330	99,0	36 630	95,8	-700	-1,9

Nota: Exclui Dívida das Aut. Locais consolidada em 1988/12/31

Relativamente às dívidas do Estado e dos Organismos Oficiais, o seu agravamento é da ordem dos 2,7%, continuando, em significativo número de casos, a verificar-se dificuldades na observância dos prazos legais de pagamento, onde se insere o agravamento da dívida vencida dos Hospitais, de 143,5 milhares de contos, que anula o efeito da redução efectiva dos créditos sobre os restantes clientes deste sector, situação que conduz ao agravamento acima apresentado.
Nas dívidas das Autarquias a evolução foi positiva pois observou-se uma redução de 2,4% .
Em relação ao sector Empresarial e Privados, a redução observada resulta essencialmente do cumprimento dos planos de pagamento em vigor em relação aos clientes de AT.

Relações com os Clientes

Tem sido uma preocupação constante melhorar a imagem da Empresa junto dos seus clientes, desenvolvendo-se acções que procuram não só dar a conhecer as novas realidades, como estabelecer esquemas que facilitem a resolução de dificuldades que eventualmente surjam nos fornecimentos de energia eléctrica.
Assim foram efectuados inquéritos à opinião pública, sobre várias áreas do relacionamento com os nossos clientes e serviços que lhes prestamos, visando conhecer os pontos onde a nossa acção não é adequada ao que da Empresa se espera.
Aquando da cisão da EDP, foi preparada uma notícia explicando a nova organização estabelecida, a qual foi enviada, via postal, a cada um dos nossos clientes.
Com vista a um mais fácil contacto com a Empresa, foi divulgado o "telefone eléctrico" acessível através do nº.05001150, que permite que os nossos clientes possam tratar duma forma cómoda e gratuita os seus assuntos de ordem comercial.
Ainda neste domínio, iniciou-se a implementação do Sistema de Gestão de Incidentes (SGI), o qual permite tratar,

através do mesmo telefone, todas as ocorrências ligadas com o abastecimento de energia eléctrica aos nossos clientes.

EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

Subestações

No ano de 1994 foram concluídas e entraram em exploração 3 novas subestações (SE) e foi aumentada a potência em 5 subestações já instaladas, que originaram no seu conjunto um aumento de potência de transformação, na rede da EN, de 299 MVA, através de 13 novos transformadores. De salientar que, durante o ano, decorreram ainda 32 projectos de ampliação ou remodelação de subestações existentes, tendo sido concluídos 12 destes trabalhos.

Por outro lado efectuou-se a desmontagem de quatro subestações e foi reduzida a potência em outras cinco, sendo retirados de serviço 15 transformadores, totalizando uma potência de 236,0 MVA.

A potência global instalada na EN passou a ser, no final do ano de 1994, de 4 496,3 MVA, representando um crescimento de 1,4% face ao ano anterior.

Sistemas de Controlo

Dando seguimento à estratégia de evolução do comando e controlo da rede de distribuição de energia eléctrica da EN, foram lançados, durante o ano de 1994, vários projectos de telecontrolo, envolvendo o fornecimento de 13 Unidades Remotas de Teleacção Simplificada (URTS) e 1 Unidade Remota de Teleacção Automática (URTA), bem como a instalação de 2 Concentradores Periféricos de Subestações e 3 Posições de Operação Remota. Do ponto de vista operacional, foram colocadas em serviço 3 URTAs nas novas subestações que entraram em serviço.

Confirma-se a tendência positiva na evolução dos Sistemas de Telecontrolo, salientando-se a tendência crescente da sua "taxa de cobertura", que representa, no final de 1994, 81% do número total de instalações e 72% da potência instalada.

Telecomunicações

Em 1994 foi implementada a primeira ligação em Fibra Óptica da EN, a primeira na área da Distribuição, interligando as subestações do Freixo e das Antas.

Por outro lado foi instalada na área geográfica do CD Vila Nova de Gaia uma rede de transmissão de dados para suporte do sistema de teleacção, com base em equipamentos de corrente portadora de duplo canal.

Assim, foi também concluído o projecto de remodelação das estações repetidoras radioeléctricas da EN, no âmbito de uma acção que pretende aumentar a sua disponibilidade e segurança.

Protecções

Em termos operacionais a actividade centrou-se essencialmente nos seguintes vectores:

- execução de ensaios gerais em subestações;
- ensaio e regulação de protecções à distância;
- colocação em serviço de unidades de protecção de linha AT;
- verificação e regulação de protecções de interligação;
- análise de incidentes.

Com o objectivo de promover a melhoria da qualidade e continuidade de serviço nas redes da EN, foram adquiridas 18 unidades integradas de protecção de linha e 23 protecções direccionais de terra.
No decorrer de 1994, e de modo a permitir a realização de Trabalhos em Tensão (TET) nos 60 kV, procedeu-se à instalação provisória de sistemas de protecção em 7 painéis de linhas de AT, de modo a garantir condições de segurança.

Linhas Aéreas de Alta e Média Tensão

No ano de 1994 entraram em serviço na EN 532,3 km de linhas aéreas AT/MT, tendo sido construídas neste mesmo ano 469,9 km, pelo que a sua extensão passou a ser de 14 953,5 km.

Cabos Subterrâneos de Alta e Média Tensão

O total de cabos subterrâneos em serviço era, em 31 de Dezembro de 1994, de 1 656,8 km. Durante o ano construíram-se 149,5 km de cabos subterrâneos.

Postos de Transformação

No ano de 1994 entraram em serviço 628 Postos de Transformação (PTs), com uma potência instalada de 246,1 MVA.
A potência total instalada em PTs atingiu 3 801,8 MVA, distribuída por 13 251 PTs.

Redes de Baixa Tensão

Relativamente à rede de Baixa Tensão entraram em serviço 1 266,5 km de redes BT.
A rede de BT da EN atingiu assim uma extensão de 35 203,4 km de redes aéreas e 6 429,8 km de redes subterrâneas.

Incidentes na Rede de Alta Tensão

No ano de 1994 registaram-se 242 incidentes, aos quais corresponde uma Energia Não Distribuída (END) de 921,3 MWh. Comparativamente a 1993, verificamos uma diminuição do número de incidentes, mas, em contrapartida, a END sofreu um aumento de 90,1 MWh (mais 10,8%).
A diminuição do número de incidentes deve-se, essencialmente, a condições atmosféricas menos adversas (73 contra 154).

Trabalhos em Tensão

O recurso a Trabalhos em Tensão (TET) na AT e a uma adequada programação das indisponibilidades, quer para a preparação da rede para acções de manutenção, quer para a execução dessas mesmas acções, contribuíram para que não aumentasse, proporcionalmente ao número de intervenções, a END. Em 1994, cerca de 90% da END deveu-se a trabalhos realizados para a substituição de elementos danificados em cadeias de isoladores, por descargas atmosféricas em três linhas de 60 kV (Ferreiros - Dume - Amares, Oliveira de Azeméis - Vale de Cambra e Aveiro - Gafanha).
Em Média Tensão o número de trabalhos realizados, em 1994, foi de 1 040, a que corresponde 24 713 MVAh de energia não deixada de distribuir (em 1993, 1 277 trabalhos e 31 587 MVAh, de energia não deixada de distribuir)
As equipas TET/BT executaram 324 102 horas de intervenção durante o ano de 1994, tendo-se situado o seu índice de actividade em 43,9% contra 27,6% em 1993.

Estudos e Projectos

Em 1994, para além da actividade corrente da EN, merecem referência alguns projectos específicos, pelo seu significado e impacto em termos de eficiência operacional e desenvolvimento tecnológico.

Foi obtido da Direcção-Geral de Energia o licenciamento do "Projecto de Estabilidade de dez postes para suporte de linhas aéreas", após o que se procedeu à elaboração dos desenhos de fabrico dos primeiros quatro tipos de estruturas, para outros tantos valores de carga nominal, com base nos quais se iniciou o fabrico da primeira série de protótipos.

Entrada em exploração de uma rede de comunicações TCP/IP que, pela sua fiabilidade, passou a servir com eficácia a função partilhada de acesso a dados duma Base de Dados Oracle, disponibilizada pelos serviços NFS (Network File System).

Concluiu-se o estudo de reformulação dos Sistemas de Comando das Subestações, tendo em vista a adopção de um novo conceito caracterizado pela integração do hardware dos 4 subsistemas que constituem o sistema de comando e controlo das subestações: protecções, comando local, automatismos e telecontrolo, numa plataforma distribuída por um alargado recurso ao software.

Esta especialização técnica será aplicada na SE de Arada, em 1995, e constituirá o novo patamar tecnológico da EN.

Foi concluído o "Estudo de Implementação de um Sistema de Gestão da Rede de Distribuição de Energia Eléctrica da EN", onde são apresentadas e analisadas diversas alternativas organizacionais e tecnológicas.

De referir a conclusão do estudo de "Reestruturação das Redes Móveis de Telecomunicações da EN", definindo as alternativas capazes de assegurar a satisfação das necessidades operacionais de médio e longo prazo.

Planeamentos de Redes

A actividade do Planeamento de Redes no decorrer do ano de 1994 centrou-se nas seguintes tarefas:

- Estudos de Desenvolvimento das Redes com destaque para a actualização do estudo da Rede AT/MT na área do Centro de Distribuição Guimarães;
- Estudos diversos, salientando-se a análise sobre Planos Directores Municipais (PDM) e Planos Gerais de Urbanização (PGU);
- Participação com o Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC) na apresentação de um artigo no Congresso Internacional de Redes de Distribuição (CIRED 95) intitulado "Dynamic Planning of Distribution Networks for Minimum Regret Strategies".

Aprovisionamento Técnico e Administrativo

No sentido de melhorar a sua eficácia prosseguiram, em 1994, as acções de reorganização dos armazéns. Uma delas resultou da normalização de vários artigos com códigos diferentes por função. Esta acção permitiu identificar artigos obsoletos ou em fim de série, o que contribuiu para uma redução de 21,7% do número de artigos existentes no final do ano anterior.

Como os números mostram, este esforço tem sido recompensado com a queda da taxa de cobertura dos stocks de materiais diversos, que era em 1992 de quase cinco meses, e apresenta agora o valor de 1,6 meses.

O movimento de armazéns é na EN muito importante, dado o volume dos consumos de materiais realizados, 11 milhões de contos em 1994, pelo que os ganhos nesta área, nomeadamente na minimização dos stocks, têm que ser compatibilizados com a necessidade de assegurar os fornecimentos necessários para, atempadamente, abastecer as obras de investimento.

Por outro lado, realizaram-se acções de qualificação dos empreiteiros abrangidos pelo regime de contratação designado por empreitada contínua, com vista ao seu concurso no âmbito do Sistema de Gestão de Obras (SGO).

COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL

No âmbito da cooperação com entidades ligadas à investigação e desenvolvimento tecnológico, a EN estabeleceu um contrato com o Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC), no contexto do Sistema Integrado de Redes de Distribuição (SIRED), a fim de desenvolver um programa de tratamento de Diagramas de Carga.

Com a mesma instituição colaborou-se na elaboração do artigo "Dynamic Planning of Distribuition Networks for Minimum Regret Strategies" a ser apresentado em 1995 no Congresso International de Redes Eléctricas de Distribuição (CIRED). Um dos objectivos do trabalho desenvolvido visou a comparação de resultados obtidos, aplicando uma nova técnica, com os processos clássicos de planeamento.

Foram retomados os contactos com o Laboratório de Resistência de Materiais da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, por forma a dar continuidade ao processo de colaboração nos ensaios de novos postes metálicos quando sujeitos à carga nominal para a qual foram projectados.

Numa política de estreita colaboração com as empresas do Grupo EDP e, no caso vertente, com a INTERNEL (componente internacional da EDP), a EN disponibilizou o seu "know-how" para o concurso internacional relativo ao projecto de remodelação e conservação das redes de distribuição em duas cidades das Honduras.

RECURSOS HUMANOS

A empresa considera que os recursos humanos são um importante factor de sucesso, pelo que a sua promoção assume um carácter cada vez mais decisivo.

A EN prosseguiu em 1994 o desenvolvimento de uma estratégia definida de modo a permitir uma maior identificação do seu pessoal à empresa através dos vectores da formação e da mobilidade.

No seguimento das medidas que tem vindo a adoptar, relativamente ao ajustamento de pessoal, a EN em 1994 orientou a gestão de pessoal visando o aumento qualitativo e a redução do nível etário.

Assim, a EN em 1994 prosseguiu a política de reajustamento, quantitativo e qualitativo, dos Recursos Humanos às necessidades da empresa.

Evolução do Efectivo

A redução do número total de efectivos traduziu-se em 154 (de 4 602 em 93.12.31 para 4 448 em 94.12.31) o que representou uma redução de 3,4%.

Nos quadros seguintes poder-se-á observar a evolução quantitativa e qualitativa observada nos últimos 3 anos.

Prevenção e Segurança

Os índices de frequência e incidência registaram uma ligeira subida relativamente ao ano anterior. No entanto, e muito embora o número de acidentes por 1 000 trabalhadores tenha sofrido um ligeiro aumento relativamente a 1993, e haja a lamentar um acidente mortal de origem eléctrica, o índice de gravidade total sofreu uma descida de 25%.

O número de acidentes de origem eléctrica correspondeu a 12,8% do total de acidentes.

A análise de todos os acidentes de origem eléctrica ocorridos permite concluir que a sua grande maioria ficou a dever-se à falta de cumprimento das regras de segurança estabelecidas.

As auditorias de segurança e visitas a trabalhos e instalações foram outra das preocupações da empresa.

A integração progressiva da segurança nos métodos e processos de trabalho passa pela realização continuada de sessões de informação e sensibilização.

Nesse sentido, procedeu-se, em 1994, a sessões de Sensibilização em Segurança para Electricistas, abrangendo 548 electricistas das áreas comercial e técnica, "Segurança Rodoviária", cuja população-alvo consistia em trabalhadores motoristas credenciados para condução de viaturas da empresa,"Contra o consumo excessivo de álcool", em colaboração com a Medicina do Trabalho, a cargo da Empresa do Grupo EDP - SÁVIDA - e na qual participaram 332 trabalhadores, e "Combate a fogos".

A conclusão das obras das instalações destinadas ao parque de formação em Trabalhos em Tensão em Baixa Tensão, no Parque do Ouro, permitiu iniciar um novo ciclo de actividade, de enorme importância, quer para a formação dos trabalhadores da EN, quer de entidades exteriores.

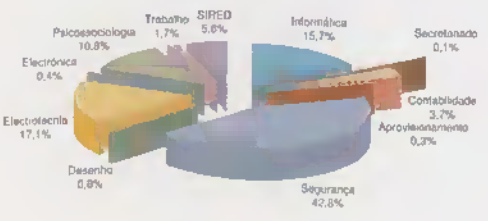
A actividade de formação de Trabalhos em Tensão em Baixa Tensão, em 1994, abrangeu 327 formandos, da EN e de prestadores de serviços, distribuídos por 33 acções de formação, com uma duração total de 1 617 horas de Regulamentação sobre Trabalhos em Tensão e execução de trabalhos práticos. A actividade nos Trabalhos em Tensão, quer em Média Tensão, quer em Baixa Tensão, evidencia, em 1994, uma evolução muito positiva.

Este esforço continuado permitirá uma melhor qualificação do efectivo humano e uma melhoria da qualidade de serviço.

Formação

No âmbito da formação profissional interna realizaram-se 294 acções de formação, com um total de 3 936 participantes, obtendo assim uma taxa de participação em formação interna substancialmente superior à verificada em 1993 (de 64% para 89%), não obstante ter diminuído ligeiramente o número de acções (menos 35 que em 1993).

Participantes por Área de Formação



A taxa de ocupação em formação, interna e externa, foi de 1,2% (1% em 1993). Este aumento da actividade formativa deveu-se, fundamentalmente, ao incremento das acções na área de Segurança e na área da Psicossociologia.

Os principais destinatários da actividade formativa foram os trabalhadores semi-qualificados (49% do total dos participantes), qualificados (26%) e os quadros superiores (15%).

Evolução de Efectivos 1992 - 1994
(efectivos em 31.Dez)

	1992	1993	1994				94-93
			Entradas	Saídas	Saldo	94.12.31	(%)
Quadro permanente	4 883	4 588	39	194	-155	4 433	-3,3
Contrato a Termo	9	14	33	32	1	15	7,1
Total	4 892	4 602	72	226	-154	4 448	-3,3

Número de Trabalhadores por Cargos de Direcção/Chefias Superiores e Categoria Profissional

Categoria profissional	1992		1993		1994	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores/Chefias Superiores	24	0,5	25	0,5	26	0,6
Quadros Superiores	265	5,4	254	5,5	258	5,8
Quadros Médios	18	0,4	18	0,4	18	0,4
Chefias intermédias	152	3,1	163	3,5	107	2,4
Profissionais Altamente Qualificados	219	4,5	252	5,5	302	6,8
Profissionais Qualificados	1 458	29,8	1 411	30,7	1 383	31,1
Profissionais Semi-Qualificados	2 499	51,1	2 255	49,0	2 156	48,5
Profissionais Não-Qualificados	248	5,1	210	4,6	183	4,1
Contratados a Termo	9	0,2	14	0,3	15	0,3
TOTAL	4 892	100,0	4 602	100,0	4 448	100,0

Estrutura Etária dos Trabalhadores do Quadro Permanente

Grupo Etários (anos)	1994			Estrutura (%)		
	Homens	Mulheres	TOTAL	1992	1993	1994
19 a 25	12	2	14	0,8	0,4	0,3
26 a 30	151	17	168	6,5	4,7	3,8
31 a 35	546	113	659	17,5	16,8	14,9
36 a 40	871	129	1 000	23,1	23,2	22,6
41 a 45	932	123	1 055	19,7	22,4	23,8
46 a 50	595	116	711	14,1	14,7	16,0
51 a 55	488	57	545	10,5	11,2	12,3
56 a 60	250	3	253	7,0	6,0	5,7
61 a 65	26	1	27	0,7	0,6	0,6
> 65	1		1	0,1	0,0	0,0
TOTAL	3 872	561	4 433	100,0	100,0	100,0

ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS

Foram desenvolvidos esforços de modernização da Empresa, tentando-se, tanto quanto possível, melhorar os sistemas informáticos existentes, adaptando-os às necessidades do negócio.

A experiência colhida com o Sistema Empresarial de Gestão Comercial (SEGEC) e os bons resultados obtidos, decorridos que foram três anos após a sua implementação, levaram-nos a adoptar idêntico sistema para leitura dos consumos dos clientes de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE). Este novo sistema de registo dos consumos permitiu um funcionamento mais eficiente do Sistema de Facturação AT/MT/BTE.

Ainda no âmbito técnico-comercial, desenvolveram-se estudos relativos às dotações de recursos, humanos e técnicos, necessários ao melhoramento da quantidade e qualidade do serviço prestado ao cliente.

A normalização de procedimentos foi um dos sectores fortemente abordado durante todo o ano.
A adequação das estruturas organizacionais existentes à nova empresa foi outra das áreas onde se desenvolveram grandes esforços, em particular os relativos aos Departamentos Comerciais dos Centros de Distribuição.
O Sistema de Gestão de Presenças e Absentismo (SGPA), que entrou em funcionamento em 1993 em algumas instalações piloto, foi generalizado à empresa, abrangendo 90 instalações.
Foi também concluída a revisão da aplicação informática que se encontra em exploração nos armazéns e destinada à gestão de bobinas. Por outro lado, foi igualmente concluída uma aplicação de controlo dos pagamentos das bobinas devolvidas aos fornecedores.
Para melhor responder à descentralização dos pagamentos aos fornecedores, e atendendo ao grande número de cheques a emitir, implementou-se, em todos os Centros de Distribuição, a aplicação que permite a emissão automática de cheques.
Foi ainda implementado o Sistema de Gestão de Obras (SGO) nos Centros de Distribuição de Aveiro, Bragança, Guimarães e Porto.
Finalmente, há a referir o início da entrada em funcionamento do Sistema de Gestão de Incidentes (SGI), no caso concreto por implementação deste sistema no Centro de Distribuição Porto, o que possibilita um aumento da eficiência na identificação e resolução de avarias.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Durante o ano de 1994, a EN desenvolveu um conjunto de iniciativas viradas para o meio social envolvente, desenvolvendo actividades de âmbito regional, de que se destacam:

AGRO-BASTO, em Cabeceiras de Basto
EXPODOURO, em Lamego
EXPOVEZ, em Arcos de Valdevez
FERVIR, em Vila Real
REGATA DO INFANTE D. HENRIQUE, no Porto
REGINORDE, em Mirandela
VIDOURO, em Alijó

Além disso, a EN deu especial atenção aos meios de comunicação local e ainda colaborou com diversas instituições culturais e desportivas.
Merece ainda destaque a criação da publicação trimestral -"NOTA INFORMATIVA" -, da EN, que pretende ser um veículo privilegiado, aberto ao diálogo e à descrição dos factos mais significativos ocorridos internamente.
No âmbito cultural realizaram-se 5 concertos pela Orquestra Regional do Norte, em Aveiro, Maia, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vila Real e recitais de piano nas cidades de Aveiro, Viana do Castelo e Vila da Feira.
Com a criação da EN e da selecção da sua logomarca, identificaram-se todas as Unidades Comerciais e Atendimentos com reclamos luminosos, tendo-se procedido ainda à identificação empresarial em Subestações e Postos de Seccionamento, outros edifícios, viaturas, placas de sinalização de obras, etc.

INSPECÇÃO E AUDITORIA

Com o objectivo de assegurar a fiabilidade de informação constante nas peças contabilísticas da empresa, bem como salvaguardar a conformidade e razoabili-

dade dos procedimentos de controlo interno existentes, foram desenvolvidas acções de auditoria pelos departamentos especializados do Grupo EDP e da EN.
Estas acções, realizadas em diversos Centros de Distribuição, incidiram particularmente na Avaliação do Funcionamento dos Armazéns e Tesourarias, Contagem Física dos Valores, Análise da Informação Contabilística e Procedimentos de Controlo Interno, Circularização de Saldos de Fornecedores e Clientes e Acompanhamento de Recomendações anteriores.
As recomendações formuladas nos relatórios emitidos tiveram tratamento específico na empresa, estando sujeitas à verificação e seguimento da implementação das acções correctivas.

POLÍTICA DE QUALIDADE

A empresa deu uma grande importância à qualidade em todos os serviços que presta. Tal facto deve-se, por um lado, à especificidade da sua actividade, a qual tem um pendor essencialmente técnico, mas, por outro, pretendeu-se integrar o conceito da qualidade de uma forma mais abrangente, ou seja, atingir todas as áreas empresariais. Assim, definiu-se a constituição de um grupo de actividade para a Qualidade Total, na dependência directa do Conselho de Administração.
Ainda em 1994 foram dados os primeiros passos nesta área, através de uma acção de formação interna para os quadros dirigentes.
Acresce o facto de que, para além das acções de formação interna ministradas para o pessoal que actua em trabalhos em tensão BT, também foram realizadas acções idênticas para prestadores de serviços, evitando assim a necessidade de efectuar interrupções no fornecimento de energia eléctrica para a execução de obras de conservação.

POLÍTICA DE AMBIENTE

O respeito pelo meio ambiente tornou-se uma componente da cultura e da estratégia da Empresa, no sentido de conciliar a economia com a ecologia.
Sobre o ambiente, a Empresa tomou para si, como valor fundamental, não só a preservação do meio ambiente, como a regeneração do sistema ecológico, nomeadamente, com a utilização de materiais recicláveis.
A necessidade de reduzir a dimensão e os impactos ambientais que pela sua forma ou localização pudessem, de algum modo, afectar seriamente os ecossistemas locais, conduziu a Empresa a adoptar soluções que minimizassem os riscos daí decorrentes.
Com este objectivo esteve sempre empenhada na integração das suas instalações e equipamentos no meio envolvente.
A título exemplificativo, foram colocados postes de madeira em zonas florestais protegidas e edificaram-se construções para colocação de Postos de Transformação, de forma a que se integrassem no espaço ambiental.

FINANCIAMENTO

Estrutura da Dívida

O financiamento das empresas do Grupo EDP foi efectuado pela Holding logo a partir da sua criação, atribuindo-lhes as respectivas dívidas, a amortizar em 10 anos.

A Gestão financeira da EN funcionou nos moldes previstos no documento "Função Financeira no Grupo EDP".
No final do exercício a Dívida da EN à Holding era de 112,4 milhões de contos, tendo sido amortizada em 15,5 milhões de contos, a que corresponde uma taxa de amortização de 12%, superior, portanto, aos 10% acima referidos.
Os encargos da dívida suportados pela EN ascenderam a 11,7 milhões de contos, pelo que o serviço da dívida ascendeu a 27,2 milhões de contos.

Apoio Financeiro Comunitário

A ajuda da União Europeia recebida, a fundo perdido, no âmbito dos Fundos Estruturais, destinou-se fundamentalmente a apoiar projectos na área da Distribuição.
A EN recebeu 120 milhares de contos através do PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa) e 32 milhares de contos através do PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa). Em relação a 1993 houve um decréscimo de cerca de 76% no total dos fundos recebidos. Este decréscimo resulta de nesse ano a EN ter recebido fundos (384 milhares de contos) ao abrigo de dois outros programas, Programa Operacional de Transporte e Distribuição de Energia (PROTEDE) e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Comparticipações Financeiras

Para além dos fundos Europeus a EN recebeu de clientes, em 1994, comparticipações financeiras que ascenderam a quase 5,2 milhões de contos (4,6 milhões em 1993), cuja importância é evidente para o financiamento da EN.

Tesouraria

O movimento global de tesouraria foi, em 1994, da ordem dos 413 milhões de contos, utilizando-se a prática corrente da EDP de saldo zero em termos tendenciais, cabendo à Holding quer o aprovisionamento quer a colocação dos excedentes de tesouraria.

INVESTIMENTO

Investimento do Exercício

A satisfação das necessidades crescentes dos clientes, quer na quantidade, quer na qualidade do serviço prestado, tornam a actividade de investimento uma área chave da actuação da EN.

Investimento em 1994

(milhares de contos)

Rubricas	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Total
Distribuição AT/MT	10 201	635	10 836
Distribuição BT	11 891	256	12 147
Outros	2 345	94	2 439
TOTAL	24 437	985	25 422

Em 1994, o investimento global atingiu 25,4 milhões de contos, incluindo os encargos financeiros, o que reflecte bem a sua dimensão.
A custos técnicos, o investimento em 1994 cresceu 24%, destacando-se o aumento verificado na distribuição em Alta e Média Tensão(AT/MT), cujo acréscimo ultrapassou os 40%, resultado, em parte, da passagem para 1994 de investimentos previstos para 1993, nomeadamente em subestações.
Na distribuição em Baixa Tensão (BT), saliente-se o investimento em contadores

3,9 milhões de contos, do qual cerca de 50% deriva do cumprimento do plano de controlo metrológico.

Para além dos custos directos, os custos técnicos englobam os custos de estrutura imputados que em 1994 representaram 24% do investimento a custos directos, relação que deverá tender a diminuir na medida em que for diminuindo a realização de obras por administração directa, como é política da empresa.

Estrutura do Investimento
- Custos Técnicos, Preços correntes

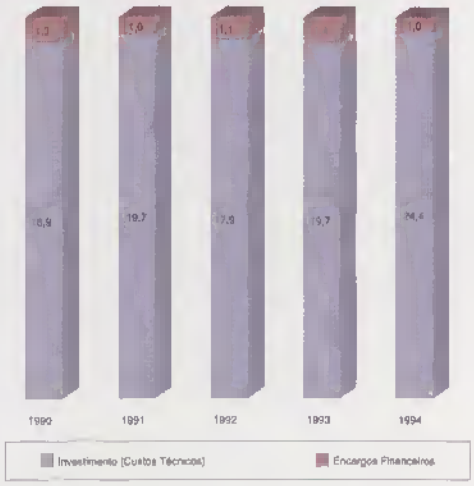
Rubricas	1993 mil contos	1993 %	1994 mil contos	1994 %
Distribuição AT/MT	7 260	36,9	10 201	41,7
Distribuição BT	10 399	52,8	11 891	48,7
Outros	2 042	10,4	2 345	9,6
Total	19 701	100,0	24 437	100,0

Evolução do Investimento

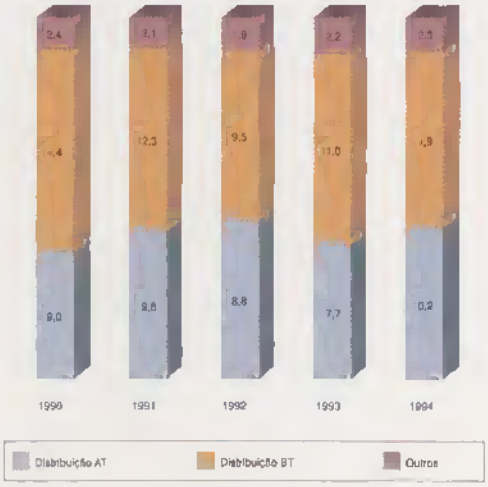
A evolução do investimento nos últimos cinco anos pode ser observada nos dois gráficos seguintes. No primeiro deles pode observar-se o peso dos encargos financeiros no valor global, destacando-se os anos de 1990 e 1993, em que o seu peso é elevado e verificando-se em 1994 uma redução substancial.

O segundo gráfico mostra-nos a distribuição do investimento a custos técnicos a preços constantes de 1994, pelas suas diferentes componentes ao longo do mesmo período. O investimento médio anual foi de 23 milhões de contos, a custos técnicos, tendo a distribuição em Baixa Tensão, como é natural, a parcela mais significativa, 51%, a que correspondeu um investimento médio anual de 11,8 milhões de contos.

Investimento Total da EN
(Preços Correntes) - milhões de contos



Investimento da EN a Custos Técnicos
(Preços Constantes de 1994)
milhões de contos



Desinvestimento

O desinvestimento ocorrido no ano de 1994 resultou da alienação de viaturas e equipamentos administrativos.

O encaixe destas vendas totalizou 33,2 milhares de contos, sendo 26,6 da venda de viaturas e 6,6 da venda de equipamentos administrativos.

REALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Análise Sucinta

Embora a EN tenha iniciado a sua actividade em 1 de Setembro de 1994, para efeitos contabilísticos as operações efectuadas pela EDP/Direcção Operacional de Distribuição Norte (DODN) de 1 de Janeiro a 31 de Agosto foram tidas como efectuadas por conta da EN (conforme acta da CISÃO da EDP).

Dado que os valores e indicadores económicos da EN não são em muitos dos casos comparáveis, quer com os obtidos pela EDP/DODN em exercícios anteriores, quer com os valores orçamentados para 1994, por estes terem sido elaborados sem considerarem as consequências da reestruturação, haverá que analisar fundamentalmente os valores realizados e os indicadores reais e, mesmo assim, com prudência.

De um modo geral, os indicadores de Estrutura e Rendibilidade, em 1994, da EN reflectem uma situação económica e financeira equilibrada. Realça-se que, em 1994, foram constituídas Provisões Extraordinárias de 9,4 milhões de contos, por forma a assegurar, no futuro, uma política de resultados consistente.

Os Resultados Operacionais foram de 35,3 milhões de contos, para os quais contribuiu a redução tarifária da REN e HDN em cerca de 8,3 milhões de contos.

Os Resultados Correntes obtidos foram de 25,7 milhões de contos, registando-se o facto de as diferenças de câmbio não terem sido desfavoráveis como em 1993.

Os Resultados Extraordinários foram negativos e ascenderam a 18,5 milhões de contos, fundamentalmente devido às Provisões Extraordinárias e à dotação para o Fundo de Correcção de Hidraulicidade que ascendeu a 11,2 milhões de contos.

Assim, os Resultados Líquidos antes de impostos situaram-se nos 7,1 milhões de contos e, depois de impostos, em 4,3 milhões de contos, o que representa uma Rendibilidade Líquida de Impostos ligeiramente acima dos 3%.

Balanço

A evolução do Balanço entre o início e final do ano foi a seguinte:

(milhares de contos)

	Inicial 94.01.01	Final 94.12.31	Δ
Activo			
Imob. Líquido	296 164	302 945	2%
Circulante	45 189	114 321	153%
Acrésc. e Difer.	4 217	13 435	218%
Passivo			
Exigível MLP	154 541	139 395	-10%
Exigível CP	22 815	111 565	389%
Acrésc. e Diferi.	32 338	39 584	22%
Capital Próprio	135 876	140 158	3%

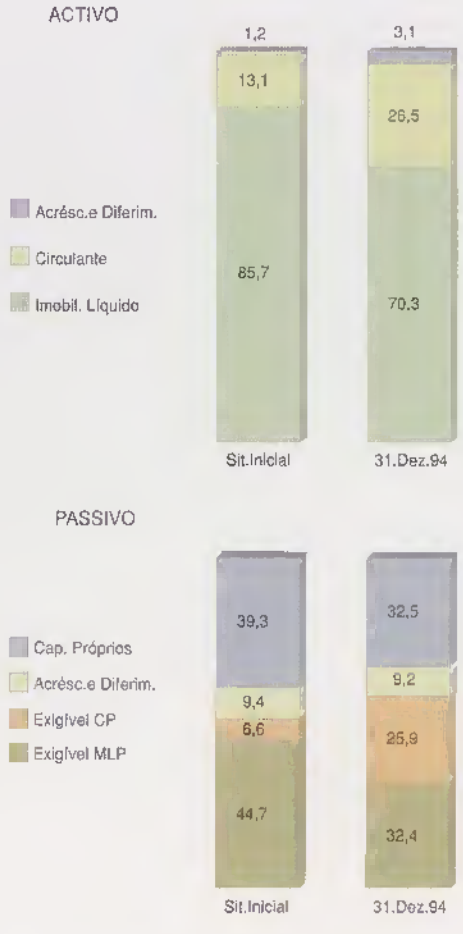
O balanço da EN no final do ano apresenta uma estrutura algo modificada, relativamente ao balanço de início de actividade, resultado, fundamentalmente, do forte investimento verificado em 1994 (24 milhões de contos, a custos técnicos), das compras e vendas internas (compras e vendas entre empresas do Grupo) e da amortização da dívida da EN em 12,14%. Aqueles factos tiveram relevância substancial em Novembro e Dezembro.

O Imobilizado Líquido cresceu ligeiramente, não obstante as amortizações de 1994, enquanto o Activo Circulante e o

Exigível a Curto Prazo aumentaram significativamente. O Exigível a Médio e Longo Prazo diminuiu em razão da amortização da dívida.

Como resultado destas variações ocorridas no Balanço, os respectivos indicadores sofreram um agravamento, à excepção do da estrutura financeira, mantendo-se, porém, com valores considerados bons.

Estrutura do Balanço (%)



Custos e Proveitos

Na apreciação dos custos, dos proveitos e, sobretudo, dos resultados da EN no exercício de 1994, acentua-se a singularidade de aquele exercício económico ser o primeiro ano da sua actividade.

Assim, a comparabilidade dos resultados da EN, nos seus diferentes patamares, com os da ex-DODN, não tem sentido em relação a algumas e importantes rubricas da demonstração de resultados, principalmente nas de custos, não só em consequência da assunção pela EN, na parte que lhe compete, de riscos e encargos futuros, anteriormente assumidos pela EDP, mas também pela subordinação da EN à política de resultados do Grupo EDP para garantia da estabilidade económica, financeira e dos resultados consolidados da EDP.

Os resultados da EN no exercício de 1994 foram os seguintes:

	(milhões de contos)
Proveitos Operacionais	215,0
Custos Operacionais	179,7
Resultado Operacional	35,3
Proveitos Financeiros	3,6
Custos Financeiros	13,2
Resultado Financeiro	-9,6
Resultado Corrente	25,7
Proveitos Extraordinários	14,9
Custos Extraordinários	33,4
Resultado Extraordinário	-18,5
Resultado Líquido (antes de impostos)	7,1
Estimativa p/impostos	2,8
Resultado Líquido (após impostos)	4,3

Os Resultados Operacionais beneficiaram em 8,3 milhões de contos da correcção tarifária efectuada, enquanto que os Financeiros, embora negativos, beneficiaram de as diferenças de câmbio terem sido favoráveis, embora de reduzido significado.

Os Resultados Extraordinários, fortemente negativos, foram-no, fundamentalmente pelos seguintes factos:

- Dotação para o Fundo de Correcção de Hidraulicidade (11,2 milhões de contos);

- Criação de Provisões Extraordinárias de 9,4 milhões de contos;
- Prémios extraordinários para pensões 1,8 milhões de contos.

Amortizações e Provisões

Os custos de amortizações são elevados, situando-se em 20,4 milhões de contos, representando 10% das receitas das vendas.

Dada a reavaliação do Património da EDP, antes do seu destaque para as empresas resultantes da CISÃO, e dado o forte investimento que se tem vindo a verificar na Distribuição, o peso dos custos com as amortizações tenderá a aumentar.

No final do exercício, o imobilizado em curso era de 12,4 milhões de contos o qual, entrando em exploração, fará acrescer os custos de amortização.

As provisões do exercício para créditos sobre Clientes e Terceiros foi de 1,9 milhões de contos, tendo-se verificado reduções em 2,2 milhões de contos contabilizados em proveitos extraordinários.

Assim, as provisões constituídas para créditos situam-se, no final do ano, em 53,4 milhões de contos.

A política de provisões sobre créditos não se restringe aos critérios fiscais. Das provisões constituídas, 45,5 milhões foram-no por razões de gestão prudente, pelo que as dívidas consolidadas, bem como as de cobrança duvidosa, estão totalmente provisionadas.

Quanto às provisões para riscos e encargos, foi efectuado o reforço de 2,4 milhões de contos para reformas antecipadas, situando-se esta provisão em 5 milhões de contos, o que garante a prossecução da redução de efectivos por reforma antecipada sem comprometimento dos resultados futuros.

A provisão de 9,7 milhões de contos para o Fundo de Pensões foi totalmente anulada, visto o fundo de Pensões criado pela EDP em 1989 ter passado a assumir os encargos com os complementos de reforma, de invalidez e sobrevivência anteriormente de conta da EDP.

Assim, mercê de uma política de provisões sólida e prudente e de uma política de resultados cautelosa, a empresa tem condições de garantir resultados futuros estáveis.

Correcção da Hidraulicidade

O contributo da EN para a dotação do Fundo de Correcção de Hidraulicidade, gerido pela Holding, foi de 11,2 milhões de contos, contabilizados em custos extraordinários.

Trabalhos para a Própria Empresa

A importância dos meios internos utilizados no investimento está patente no montante atingido 14,9 milhões de contos, decompondo-se:

9 245	mil contos de materiais de armazém
4 628	mil contos de encargos de estrutura
985	mil contos de encargos financeiros
89	mil contos de outros custos

Rendas de Concessão

A EN relevou no exercício de 1994 o custo de 6,1 milhões de contos por rendas de concessão devidas aos Municípios.

Meios Líquidos Libertos

Os meios líquidos libertos no exercício totalizaram 24,1 milhões de contos, como se demonstra:

	(milhares de contos)
Resultados Líquidos	4 328
Amortiz. Líquidas	20 349
Provisões Líquidas	- 545
	24 132

Na consideração daquele valor relembra-se o custo extraordinário relevado de 11,2 milhões de contos na dotação para o Fundo de Correcção de Hidraulicidade.

Demonstração de Resultados por Funções

Como poderá observar-se no mapa da demonstração de resultados por funções, a estrutura do custo das receitas é a seguinte:

Custo (de aquisição) das Vendas	59,9%
Custos de distribuição	17,5%
	77,4%
Custos administrativos	1,8%
Custos complementares de assistência	2,2%
Outros custos operacionais	0,9%
	82,3%
Custos líquidos financeiros	4,8%
Custos líquidos extraordinários	9,3%
	96,4%
Resultados e Imposto s/o rendimento	3,6%

Assim, o "peso" dos custos líquidos financeiros é apenas de 4,8%.
Os custos de distribuição pesam em 17,5%, sendo relevantes nestes custos os custos de amortização do equipamento básico, correspondendo a 9,4%.

Encargos Fiscais e Parafiscais

A empresa não tem dívidas vencidas nem às Instituições Oficiais de Previdência nem ao Fisco. Ao contrário, tem pendentes dois pequenos reembolsos de impostos pagos indevidamente. Também a última liquidação do IVA é a favor da empresa em 347 mil contos, de que não se pediu reembolso por dever ser absorvido pelo IVA a pagar logo nos primeiros meses de 1995.

Empresas Participadas pela EN e a Associada HDN

Todas as empresas participadas pela EN apresentam, no final do exercício, resultados líquidos positivos, conforme se observa no mapa 16, do anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.
A associada HDN, detida a 100% pela EN, apresenta um resultado líquido, após impostos, de 251,7 mil contos, a que corresponde uma rendibilidade do capital próprio de 3,6%.
O financiamento da EN à HDN foi de 5 846 mil contos, tendo sido amortizado em 1994 em 710 mil contos, pelo que no final do ano o crédito da EN sobre a HDN, por financiamentos, é de 5 136 mil contos.
Os encargos da dívida debitados à HDN totalizaram no exercício 535,9 mil contos.

PERSPECTIVAS PARA 1995

Para 1995 espera-se consolidar a nova estrutura empresarial de modo a aumentar a eficácia e, consequentemente, a elevar o nível de desempenho económico e financeiro da empresa.

A envolvente macroeconómica do País, segundo os dados que têm sido tornados públicos, aponta para um crescimento da economia portuguesa, em 1995, entre os 2,5% e os 3,5%, estimando nós que isso se reflicta num aumento dos consumos de electricidade na ordem dos 3%.

No entanto, para a EN será determinante o comportamento dos sectores industriais, nomeadamente os dos têxteis, vestuário e calçado, pelo significativo peso que representam no total das vendas.

Com a implementação dos módulos do SIRED, espera-se convictamente obter, para a qualidade do serviço técnico prestado aos clientes, benefícios equivalentes aos obtidos na área comercial com o SEGEC.

Prevê-se um investimento anual de cerca de 22,6 milhões de contos. Um dos objectivos para 1995 é o da racionalização do investimento através do seu planeamento adequado, conforme o Plano Estratégico da Empresa.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Artº 25º dos Estatutos da EN, propõe que o resultado líquido do exercício de 1994 no valor de 4 328 421 594$00 tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	432 842 160$00
Para Dividendos	2 940 000 000$00
Para distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	4 434 024$00
Para distribuição de Resultados aos Trabalhadores	763 900 000$00
Para Resultados Transitados	187 245 410$00

NOTA FINAL

Na conclusão do Relatório do Exercício de 1994 o Conselho de Administração da EN deseja expressar o seu agradecimento:

- Ao Conselho de Administração da EDP, por toda a colaboração prestada e confiança em nós depositada.
- Aos trabalhadores, que contribuíram com o seu esforço para obtenção dos resultados alcançados.
- Às entidades governamentais e da Administração Pública e Local em geral, pelo apoio e colaboração que nos prestaram sempre que necessário, contributo decisivo para o bom desempenho da EN - Electricidade do Norte, S.A..
- Ao Conselho Fiscal, que acompanhou de perto a actividade da empresa, pela sua disponibilidade e colaboração no exercício das suas atribuições.

Porto, 21 de Março de 1995

O Conselho de Administração

António Maria Ramos da Silva Vidigal - Presidente
Carlos Manuel do Carmo Brandão - Vogal
José Celestino Oliveira Rocha - Vogal

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

ACTIVO

Notas		1994 A B	A/P	A L	SI
	IMOBILIZADO:				
03.a./10	Imobilizações incorpóreas				
	Despesas de instalação	4 138 440	68 974	4 069 466	
		4 138 440	68 974	4 069 466	
03.b./10.	Imobilizações corpóreas				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	50 414 097 450	39 445 725 799	10 968 371 651	12 403 921 365
	Terrenos e recursos naturais	4 782 486 068		4 782 486 068	4 772 169 040
	Edifícios e outras construções	6 664 648 338	2 930 047 505	3 734 600 833	3 807 671 397
	Equipamento básico	465 436 425 420	203 864 492 856	261 571 932 564	257 368 419 069
	Equipamento de transporte	2 836 745 250	2 114 372 090	722 373 160	703 422 942
	Ferramentas e utensílios	463 667 980	364 314 098	99 353 882	119 428 365
	Equipamento administrativo	2 607 578 731	1 684 508 407	923 070 324	743 519 214
	Outras imobilizações corpóreas	569 216 539	23 692 482	545 524 057	468 821 560
	Diferenças de câmbio	94 024 679	37 376 628	56 648 051	60 632 827
	Imobilizações em curso	12 403 459 736		12 403 459 736	8 553 782 057
	Adiantamento p/conta imob. corpóreas	10 433 741		10 433 741	
		546 282 783 932	250 464 529 865	295 818 254 067	289 001 787 836
03.c./10	Investimentos financeiros				
	Partes de capital em empresas do grupo	6 962 136 576		6 962 136 575	7 000 931 715
	Títulos e outras aplicações financeiras	161 250 000		161 250 000	161 250 000
		7 123 386 576		7 123 386 576	7 162 181 715
	CIRCULANTE				
03.d./41	Existências				
42.	Matérias-primas, subsid. e consumo	1 492 431 113		1 492 431 113	1 274 814 382
	Produtos e trabalhos em curso	19 224 824		19 224 824	13 255 854
	Adiantamentos por conta de compras	80 119 800		80 119 800	19 563 218
		1 591 775 737		1 591 775 737	1 307 633 454
	Dívidas de terceiros - Médio Longo Prazo				
48.a./23	Autarquias - Dívida de 31/12/88	40 425 838 963	38 300 000 000	2 125 838 963	2 279 085 963
	Accionistas - Empréstimos (HDN)	4 622 555 547		4 622 555 547	5 261 000 000
48.d.	Imobilizados em integração compensados	8 364 344 204		8 364 344 204	8 364 344 204
		53 412 738 714	38 300 000 000	15 112 738 714	15 904 430 167
	Dívidas de terceiros - Curto Prazo				
23.	Clientes, c/c	28 855 379 373	6 704 347 813	22 151 031 560	23 887 392 129
	Clientes - títulos a receber	110 000 000		110 000 000	112 451 727
23.	Clientes de cobrança duvidosa	8 309 784 755	8 309 784 745	10	
	Accionistas - Empréstimos (HDN)	513 617 283		513 617 283	585 000 000
	Estado e outros entes públicos	350 333 762		350 333 762	
48.c.	Outros devedores	74 516 851 755	173 355 984	74 343 495 771	3 299 538 384
		112 655 966 928	15 187 488 542	97 468 478 386	27 884 382 240
	DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
	Caixa	147 735 795		147 735 795	92 939 376
		147 735 795		147 735 795	92 939 376
48.b.	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
	Acréscimos de proveitos	13 408 961 733		13 408 961 733	4 185 773 698
	Custos diferidos	26 081 632		26 081 632	31 160 624
		13 435 043 365		13 435 043 365	4 216 934 322
	Total de Amortizações		250 464 598 839		
	Total de Provisões		53 487 488 542		
	Total do Activo	734 653 569 487	303 952 087 381	430 701 482 106	345 570 289 110

DIRECÇÃO FINANCEIRA

O Técnico de Contas

António Cândido Ferreira Geraldes

DIRECÇÃO FINANCEIRA

A Directora

Maria de Fátima Gomes de Sousa Nobre

Unidade: Escudos

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Notas		1994	93
	CAPITAL PRÓPRIO		
36./37/40	Capital	67 950 000 000	67 950 000 000
40.b.	Ajust. partes de cap. em filiais e assoc.	(243 795 139)	
	Reservas		
	Outras	67 926 491 946	67 926 491 946
40.a.	Resultados transitados	196 390 236	
	Subtotal	135 829 087 043	135 829 087 043
40.c.	Resultado líquido do exercício	4 328 421 594	
	Total do Capital Próprio	140 157 508 637	135 876 491 946
	PASSIVO		
34.	Provisões para riscos e encargos		
	Provisões para pensões	4 980 497 520	12 261 746 278
	Outras provisões para riscos e encargos	17 773 556 028	10 773 556 028
		22 754 053 548	23 035 302 306
	Dívidas a terceiros - Médio Longo prazo		
	Accionistas - Empréstimos (DFN)	101 166 163 619	115 148 000 000
29.	Outros credores	4 507 049 873	3 953 723 507
03.b.II	Conta de regularização (DL 344-B/82)	10 968 371 651	12 403 921 365
		116 641 585 143	131 505 644 872
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
	Dívidas a instituições de crédito	2 420 199 890	1 147 984 717
	Fornecedores, c/c	14 040 896 969	3 306 758 732
	Fornecedores - Facl. em recepção e conf.	24 720 849	6 853 799
	Accionistas - Empréstimos (DFN)	11 240 684 847	12 793 658 449
	Fornecedores de Imobilizado, c/c	2 511 619 087	2 522 530 534
	Estado e outros entes públicos	3 389 871 506	391 672 540
48.c.	Outros credores	77 936 580 187	2 643 604 135
		111 564 573 335	22 815 062 906
48.b.	Acréscimos e diferimentos		
	Acréscimos de custos	3 874 865 586	1 988 913 352
	Proveitos diferidos	35 708 895 857	30 348 873 728
		39 583 761 443	32 337 787 080
	Total do Passivo	290 543 973 469	209 693 797 164
	Total do Capital Próprio e do Passivo	430 701 482 106	345 570 289 110

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Maria Ramos da Silva Vidigal
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino Oliveira Rocha

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

Notas		1994	
41.	Custo das existências vendidas e consumidas		
	Electricidade	110 257 104 922	
	Materiais diversos	11 079 057 647	121 336 162 569
	Fornecimento e serviços externos	8 726 742 060	8 726 742 060
	Custos com o pessoal		
	Remunerações		
43.	Remuneração dos órgãos sociais	7 498 041	
	Remuneração do pessoal	13 490 471 736	
	Encargos sociais		
03.j	Complemento de pensões de reforma	626 471 482	
	Prémios para pensões	614 839 203	
	Encargos s/ remunerações	3 007 965 873	
	Custos de acção social	1 390 953 964	
	Outros	982 191 837	20 120 392 136
10.b.	Amortizações do exercício	20 351 791 735	
34.	Provisões do exercício	1 905 724 668	22 257 516 403
	Impostos		
	Impostos indirectos	92 315 185	
	Impostos directos	11 129 589	
	Outros custos e perdas operacionais	137 856 219	
3.b.II	Rendas de concessões e c. electroprodutores	6 114 199 520	
	Correcção de hidraulicidade - Agravamento	952 568 408	7 308 068 921
	(A) CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		179 748 882 089
45.	Custos e perdas financeiras		
	Juros	12 119 464 701	
	Diferenças de câmbio	1 147 769 238	
	Outros custos e perdas financ. e similares	1 876 832	13 269 110 771
	(C) CUSTOS E PERDAS CORRENTES		193 017 992 860
46.	Custos e perdas extraordinárias		
	Dívidas incobráveis	247 522 627	
	Perdas em existências	2 231 944	
	Perdas em imobilizações	13 128 941	
	Aumento de amortizações e provisões	0	
	Correcção relativ. a exercícios anteriores	54 527 409	
	Outros custos e perdas extraordinárias	33 172 341 768	33 489 752 689
	(E) CUSTOS E PERDAS DO EXERCÍCIO		226 507 745 549
	Imposto sobre o rendimento do exercício		2 793 764 356
	(G) CUSTOS TOTAIS		229 301 509 905
	Resultado líquido do exercício		4 328 421 594
	Total		233 629 931 499

Resultados Operacionais: (B) - (A) =

Resultados Financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =

Resultados Correntes: (D) - (C) =

Resultados Antes de Impostos: (F) - (E) =

Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G) =

DIRECÇÃO FINANCEIRA

O Técnico de Contas

António Cândido Ferreira Geraldes

DIRECÇÃO FINANCEIRA

A Directora

Maria de Fátima Gomes de Sousa Nobre

Unidade: Escudos

PROVEITOS E GANHOS

Notas		1994	
44.	Vendas		
	De energia eléctrica	198 421 622 557	
	Outras	189 974 434	
	Prestações de serviços	1 002 389 585	199 613 986 676
42.	Variação da produção		
	Produtos e trabalhos em curso:		
	Existências finais	19 224 824	
	Existências iniciais	13 255 854	5 968 970
			14 948 493 511
48.f	Trabalhos para a própria empresa		
	Proveitos suplementares	291 664 112	
48.e	Subsídios à exploração	9 863 581	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	1 116 136	
	Correcção hidraul.-dif. do exerc.- Proveito	210 695 046	513 338 875
	(B) - PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS		215 081 788 032
45.	Proveitos e ganhos financeiros		
	Outros juros e proveitos similares	2 266 204 654	
	Diferenças de câmbio favoráveis	1 372 855 300	3 639 059 954
	(D) - PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		218 720 847 986
46.	Proveitos e ganhos extraordinários		
	Ganhos em imobilizações	25 693 867	
	Reduções de amortizações e de provisões	11 874 348 410	
	Correcções relat. a exercícios anteriores	13 710 184	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 995 331 072	14 909 083 513
	(F) PROVEITOS TOTAIS		233 629 931 499
			35 332 905 943
			(9 630 050 817)
			25 702 855 126
			7 122 185 950
			4 328 421 594

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Maria Ramos da Silva Vidigal
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino Oliveira Rocha

RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unidade: Escudos

FUNÇÕES DE EXPLORAÇÃO		1994
Vendas e Prestação de Serviços	(+)	199 613 986 676
Custos das Vendas	(-)	119 655 661 774
RESULTADOS BRUTOS		79 958 324 902
Custos da Função Distribuição	(-)	34 977 450 509
Custos da Função Administrativa	(-)	3 543 651 476
Custos Complementares de Assistência	(-)	4 307 533 641
Outros Custos Operacionais	(-)	1 796 783 333
RESULTADOS OPERACIONAIS		35 332 905 943
Proveitos Financeiros	(+)	3 639 059 954
Custos Financeiros	(-)	13 269 110 771
RESULTADOS CORRENTES		25 702 855 126
Proveitos e Ganhos Extraordinários	(+)	14 909 083 513
Custos e Perdas Extraordinários	(-)	33 489 752 689
Imposto sobre o rendimento do exercício	(-)	2 793 764 356
RESULTADOS LÍQUIDOS		4 328 421 594

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

00 - Introdução

a) Objecto e detentores de capital.

A EN - ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A., resultou da cisão da EDP em harmonia com o disposto nos DL 7/91, de 8 de Janeiro e 131/94, de 19 de Maio, aprovada em assembleia geral de accionistas de 18 de Agosto de 1994, e tem por objecto o estabelecimento e a exploração do serviço público de distribuição e venda de energia eléctrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada.
O capital social da EN - ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A., de 67,950 milhões de contos, foi subscrito na totalidade pela EDP e integralmente realizado em espécie por bens activos e passivos envolvendo ainda a constituição de reservas livres, atingindo o montante de 135,876 milhões de contos de capital próprio.
O património destacado para a EN correspondeu ao que na anterior estrutura da EDP era da Direcção Operacional de Distribuição Norte (DODN) com excepção dos aproveitamentos hidroeléctricos e conforme lista aprovada de bens móveis e imóveis a transmitir, com os valores de transmissão, os investimentos financeiros e o passivo a destacar. A dívida atribuída à EN, para com a Holding foi de 127,941 milhões de contos a amortizar mensalmente.
Embora a actividade das empresas se tenha iniciado em 1 de Setembro de 1994, na mesma assembleia foi aprovada a data de 1 de Janeiro de 1994, para efeitos contabilísticos, a partir da qual as operações efectuadas pela EDP se tem como efectuadas por conta das novas empresas.
Foi também decidido na assembleia a criação da empresa de produção embebida, HDN - ENERGIA DO NORTE, S.A., cujo capital foi subscrito e integralmente realizado, em espécie, pela EN - ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A., o que foi efectuado em Assembleia Geral de accionistas da EN em 24 de Agosto de 1994. A dívida atribuída à HDN, para com a EN, foi de 5,846 milhões de contos, a amortizar mensalmente e segundo um plano de amortização a estabelecer.

b) Regime de preços.

Os preços da venda de energia eléctrica (tarifas), são fixados por convenção negociada entre a EDP e a Direcção Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei nº 18-A/89, de 12 de Janeiro.

c) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão.

De acordo com o estabelecido em legislação (Decreto Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios, admitindo-se no entanto a possibilidade da sua concessão ao Grupo EDP. Esta

concessão tem como contrapartida um pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 03.b.II).
Em conformidade com diploma legal acima referido, a concessão de distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração pela EN.
Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (Notas 03.b.II e 10.c.II), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 03.b.II).

d) Indicações gerais.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As notas nºs 05, 06, 09, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 30, 33, 38, 39 e 47 não estão incluídas neste anexo, por não serem aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.
Os valores indicados são expressos em Escudos, salvo quando se indique unidade diferente.

01 - Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (excepto no que se refere ao Imobilizado Corpóreo - nota 03.b.I) e em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios (excepto como indicado na nota 48.i)

02 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Não aplicável, dado tratar-se do primeiro exercício económico da Empresa.

03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações Incorpóreas.

Estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

b) Imobilizações Corpóreas.

I) Imobilizações de propriedade da EN.

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores resultantes de aquisição ou construção e das diversas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura, como indicado nas alíneas g) e h) desta mesma nota.

As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do artº 39 do Estatuto da EDP, por despacho do Secretário de Estado de Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46), pela amortização das comparticipações registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios para Investimento efectuada durante um período de trinta anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como Custos Diferidos, e transferidos para Resultados num período máximo de seis anos, conforme a alínea f) desta mesma nota.

II) Imobilizações afectas às concessões.

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea c) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa.

Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em Imobilizações Corpóreas (Nota 10), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os municípios e a EDP e das

diversas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais, líquidos das amortizações acumuladas.
Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46), pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores - Conta de Regularização do DL 344-B/82).
Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes. Os períodos de concessão vigoram por um período de vinte anos, renovável, podendo a concessão ser revogada mediante aviso prévio de dezoito meses.

c) Investimentos Financeiros.

Os investimentos financeiros consubstanciados em partes de capital em empresas do Grupo, estão mostrados pelo valor constante da acta da cisão da EDP, corrigidos no final do ano pela aplicação do método da equivalência patrimonial na associada HDN.

d) Existências.

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

e) Dívidas a Terceiros em Moeda Estrangeira.

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se inteiramente com aquisições para investimento e conservação da rede de distribuição e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.
No final do ano, os saldos a pagar em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do balanço (Nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas como indicado na alínea g) desta mesma nota.

f) Custos Diferidos.

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidos para resultados no período máximo de seis anos (Nota 48.b).

g) Encargos Financeiros e Diferenças de Câmbio.

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso,

calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a imobilizações em curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 11).
As diferenças de câmbio têm tratamento idêntico aos encargos financeiros.

h) Encargos de Estrutura Central (Holding) e Regional (EN).

Os encargos gerais dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (encargos directos internos - Nota 48) são imputados aos diversos empreendimentos em curso.
Os encargos gerais da Estrutura Central e Regional são repartidos entre o investimento (Encargos de Estrutura Central e Regional - Nota 48) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao Investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

i) Pensões de Reforma e Sobrevivência.

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pelas Instituições Oficiais de Previdência
Em 1989 a EDP constitui um Fundo de Pensões para o qual foi transferindo aquela responsabilidade. Em 31 de Dezembro de 1994 ficou transferida a responsabilidade total daqueles encargos.

04 - Câmbios Utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1994.12.30, conforme se indicam de seguida:

USD..... 159,093 FRF..... 29,786

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 4551 empregados, não existindo assalariados.

08 - Despesas de Instalação

Esta rubrica inclui exclusivamente custos com o registo comercial da Empresa.

10 - Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de Instalação			4 138 440			4 138 440
Despesas de Investigação e Desenvolvimento						
Propriedade Industrial e Outros Direitos						
Trespasses						
Diferenças de Câmbio						
Total (1)			4 138 440			4 138 440
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Imobilizações do regime do DL 344-B/82	50 415 574 513				(1 477 063)	50 414 097 450
Subtotal (2.1)	50 415 574 513				(1 477 063)	50 414 097 450
Imobilizações Próprias EN						
Terrenos e Recursos Naturais	4 772 169 040	(2)	10 317 030			4 782 486 068
Edifícios e Outras Construções	6 470 277 816	125 080 592	69 289 930			6 664 648 338
Equipamento Básico	447 928 668 250	(4 773 897 533)	22 305 310 333	(5 461 486)	(18 194 144)	465 436 425 420
Equipamento Técnico Específico	447 474 474 566	(4 773 897 533)	22 294 216 918	(5 167 150)	(18 194 144)	464 971 432 657
Distribuição de Electricidade	447 474 474 566	(4 773 897 533)	22 294 216 918	(5 167 150)	(18 194 144)	464 971 432 657
Outro Equipamento Básico	454 193 684		11 093 415	(294 336)		464 992 763
Equipamento de Transporte	2 689 868 381		306 188 424	(155 706 977)	(3 604 578)	2 836 745 250
Ferramentas e Utensílios	449 590 437		14 077 543			463 667 980
Equipamento Administrativo	2 134 640 033		489 511 485	(17 092 622)	519 895	2 607 578 791
Diferenças de Câmbio	474 600 185		94 495 239		121 115	569 216 539
Outras Imobilizações Corpóreas	94 024 679					94 024 679
Subtotal (2.2)	465 013 838 821	(4 648 816 943)	23 289 189 984	(178 261 085)	(21 157 772)	483 454 793 005
Imobilizações em Curso	8 553 782 057		24 792 619 974		(20 942 942 295)	12 403 459 736
Adiantamento p/c de Imobilizações em curso			10 433 741			10 433 741
Subtotal (2.3)	8 553 782 057		24 803 053 715		(20 942 942 295)	12 413 893 477
Total (2)	523 983 195 391	(4 648 816 943)	48 092 243 699	(178 261 085)	(20 965 577 130)	546 282 783 932
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital em Empresas do Grupo	7 162 181 715	(38 795 139)				7 123 386 576
Investimentos em Imóveis						
Outras Aplicações Financeiras						
Total (3)	7 162 181 715	(38 795 139)				7 123 386 576
Total Geral (1) + (2) + (3)	531 145 377 106	(4 687 612 082)	48 096 382 139	(178 261 085)	(20 965 577 130)	553 410 308 948

b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação			68 974		68 974
Despesas de Investigação e Desenvolvimento					
Propriedade Industrial e Outros Direitos					
Trespasses					
Diferenças de Câmbio					
Total (1)			68 974		68 974
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imobilizações do regime e do DL 344-B/82	38 011 653 148		1 435 549 714	(1 477 063)	39 445 725 799
Subtotal (2.1)	38 011 653 148		1 435 549 714	(1 477 063)	39 445 725 799
Imobilizações Próprias EN					
Edifícios e Outras Construções	2 662 606 419	126 312 115	141 128 971		2 930 047 505
Equipamento Básico	190 560 249 181	(4 971 519 294)	18 233 143 597	42 619 372	203 864 492 856
Equipamento Técnico Específico	190 196 596 869	(4 971 519 294)	18 217 810 928	42 913 708	203 485 802 211
Distribuição de Electricidade	190 196 596 869	(4 971 519 294)	18 217 810 928	42 913 708	203 485 802 211
Outro Equipamento Básico	363 652 312		15 332 669	(294 336)	378 690 645
Equipamento de Transporte	1 986 445 439		276 171 869	(148 245 218)	2 114 372 090
Ferramentas e Utensílios	330 162 072		34 123 930	26 096	364 314 098
Equipamento Administrativo	1 391 120 819		209 702 210	83 685 378	1 684 508 407
Diferenças de Câmbio	5 778 625		17 917 694	(3 837)	23 692 482
Outras Imobilizações Corpóreas	33 391 852		3 994 776		37 376 628
Subtotal (2.2)	196 969 754 407	(4 845 207 179)	18 916 173 047	(21 916 209)	211 018 804 066
Total (2)	234 981 407 555	(4 845 207 179)	20 351 722 761	(23 393 272)	250 464 529 865
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital em Empresas do Grupo					
Investimentos em Imóveis					
Total (3)					
Total Geral (1) + (2) + (3)	234 981 407 555	(4 845 207 179)	20 351 791 735	(23 393 272)	250 464 598 839

c) Observações

I) Nas imobilizações próprias EN, o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

II) As imobilizações corpóreas do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das autarquias locais em regime de concessão.
Estes patrimónios, embora explorados pela EN continuam propriedade das autarquias, totalizando em 31 de Dezembro de 1994:

Imobilizado	50 414 097 450
Amortizações	39 445 725 799
Valor líquido	10 968 371 651

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade da EN para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos municípios (nota 48).

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

Rubricas	Juros de Financiamento	Diferenças de Câmbio	Total
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO			
Edifícios e Outras Construções	54 833 294	(2 249 713)	52 583 581
Equipamento Básico	971 566 823	(38 821 793)	932 745 030
Equipamento Técnico Específico	971 566 823	(38 821 793)	932 745 030
Distribuição de Electricidade	971 566 823	(38 821 793)	932 745 030
TOTAL	1 026 400 117	(41 071 506)	985 328 611

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

De acordo com o DL 7/91, de 8 de Janeiro, as reservas de reavaliação existentes na EDP não foram consideradas destacáveis para as novas Empresas.

13 - Custo Histórico das Imobilizações Corpóreas (líquidas das amortizações)

Rubricas		Custos Históricos	Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82		4 260 252 505	6 708 119 146	10 968 371 651
	Subtotal (1.1)	4 260 252 505	6 708 119 146	10 968 371 651
Imobilizações Próprias EDP				
Terrenos e Recursos Naturais		3 845 872 384	936 613 684	4 782 486 068
Edifícios e Outras Construções		1 605 207 146	2 129 393 687	3 734 600 833
Equipamento Básico		161 171 264 708	100 400 667 856	261 571 932 564
Equipamento Técnico Específico		161 091 810 905	100 393 819 541	261 485 630 446
Distribuição de Electricidade		161 091 810 905	100 393 819 541	261 485 630 446
Outro Equipamento Básico		79 453 803	6 848 315	86 302 118
Equipamento de Transporte		710 045 565	12 327 595	722 373 160
Ferramentas e Utensílios		83 820 366	15 533 516	99 353 882
Equipamento Administrativo		882 259 597	40 810 727	923 070 324
Diferenças de Câmbio		545 524 057		545 524 057
Outras Imobilizações Corpóreas		30 197 105	26 450 946	56 648 051
	Subtotal (1.2)	168 874 190 928	103 561 798 011	272 435 988 939
	Total (1)	173 134 443 433	110 269 917 157	283 404 360 590

14 - Outras informações relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

Afectas à Distribuição de Electricidade	261 485 630 446
Não específicas	10 896 871 235
Implantadas em propriedade alheia	53 487 258
Reversíveis (*)	10 968 371 651

(*) As imobilizações reversíveis correspondem aos patrimónios afectos à Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão em regime de concessão transferidos das Autarquias Locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

Juros de financiamento	1 026 400 117
Diferenças de câmbio	(41 071 506)
Total	985 328 611

15 - Bens utilizados em regime de Locação Financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira são exclusivamente Equipamento de Transporte:

Rubricas	Valor Bruto	Amort. Acumuladas	Valor Líquido
Eq. transporte	10 632 095	4 964 846	5 667 249

Pagamentos Futuros:

Rubricas	Amort. do Capital em Dívida	Encargos Financeiros	IVA	Total
Eq. transporte	2 763 767	217 590	471 662	3 453 019

16 - Investimentos Financeiros

Firma e Sede	Capital detido %	Capitais Próprios	Resultado do exercício ano	Resultado do exercício valor
EMPRESAS DO GRUPO				
HDN - ENERGIA DO NORTE, S.A. Rua do Caires, 292-1º-Eº BRAGA	100%	6 983 319 476	1994	251 782 900
EDINFOR SISTEMAS INFORMÁTICOS, S.A. Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa) SACAVÉM	10%	568 317 081	1994	64 658 720
LABELEC - ESTUDOS, DESENVOLVIMENTO E ACTIVIDADES LABORATORIAIS, S.A. Rua Cidade de Goa, 4 SACAVÉM	5%	552 820 635	1994	2 487 916
MRH - MUDANÇA E RECURSOS HUMANOS, S.A. Rua Cova da Moura, 2-4º LISBOA	10%	239 541 886	1994	139 671 925
SÁVIDA - MEDICINA APOIADA, S.A. Avª Casal Ribeiro, 15-6º LISBOA	10%	206 502 295	1994	91 493 802
HIDRORUMO - PROJECTO E GESTÃO, S.A. Rua do Bolhão, 36 PORTO	5%	814 622 976	1994	14 622 976
PROET - PROJ. ENGENHARIA TECNOLOGIA, S.A. Avª Est. Un. América, 55-2º LISBOA	5%	822 502 196	1994	82 263 109

A elaboração de consolidação de contas é feita pela EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A., com sede na Avenida José Malhoa, lote A/13 - LISBOA.

22 - Valor das existências que se encontram fora da Empresa

Materiais diversos em trânsito	2 340 100

23 - Dívidas de cobrança duvidosa

Clientes C/C - Autarquias Locais.	
Dívida consolidada em 31/12/88 -sem acordo	39 624 417 121
Clientes C/C - Autarquias Locais.	
Dívida vencida corrente	6 831 227 616
Clientes de cobrança duvidosa	8 309 784 755
Total	54 769 429 492

25 - Dívidas de e ao Pessoal

Valores a receber	19 916 330
Valores a pagar	1 390 882

Dos valores a receber constam 14 525 479 de adiantamentos de remunerações a regularizar aquando do processamento das mesmas e dizendo respeito em grande parte a rescisões e reformas antecipadas.

28 - Dívidas vencidas ao Estado e outros Entes Públicos

A empresa não tem dívidas em mora ao Estado e outros Entes Públicos, incluindo à Segurança Social.

29 - Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo

Descrição	1994		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos (Holding)	63 228 852 260	37 937 311 359	101 166 163 619
Outros Credores	1 814 502	4 505 235 371	4 507 049 873
Cauções recebidas de clientes		4 505 235 371	4 505 235 371
Outras cauções recebidas	1 814 502		1 814 502
Conta de regularização - (DL 344-B/82)	7 793 092 768	3 175 278 883	10 968 371 651
	71 023 759 530	45 617 825 613	116 641 585 143

31 - Compromissos financeiros que não constam no Balanço

A responsabilidade por letras descontadas ascende a 445 493 832.
A responsabilidade por encomendas não satisfeitas para imobilizado é de 3 267 590 465.

32 - Responsabilidades contingentes

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 11 263 472.
Estas garantias são constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cauções em dinheiro. Foram prestadas na sua totalidade a Tribunais e ao Estado e Organismos Oficiais. Não existem garantias reais.

34 - Movimento das provisões em 31.12.94

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para dívidas de clientes	53 640 786 324	1 802 454 817	2 129 108 583	53 314 132 558
Para outras dívidas de terceiros	110 606 108	103 269 851	40 519 975	173 355 984
Para riscos e encargos				
Fundo de Pensões	9 702 034 562		9 702 034 562	
Reformas Antecipadas	2 559 711 716	2 420 785 804		4 980 497 520
Actos Médicos	10 773 556 028			10 773 556 028
Caixa Cristiano de Magalhães		7 000 000 000		7 000 000 000
TOTAL	76 786 694 738	11 326 510 472	11 871 663 120	76 241 542 090

35 - Realização do capital social da empresa

O capital social da EN - Electricidade do Norte, S.A., de 67,950 milhões de contos foi subscrito na totalidade pela EDP e integralmente realizado em espécie por bens activos e passivos.

36 - Capital - Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 67 950 000 acções escriturais nominativas de 1 000 escudos cada, encontrando-se totalmente realizado.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100% pela EDP.

40 - Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	67 950 000 000			67 950 000 000
Ajustamento			243 795 139	
Partes de Capital				(243 795 139)
Reservas - Outras	67 926 491 946			67 926 491 946
Resultados				
Transitados		196 390 236		196 390 236
Resultado Líquido do Exercício		4 328 421 594		4 328 421 594
TOTAL	**135 876 491 946**	**4 524 811 830**	**243 795 139**	**140 157 508 637**

a) Os Resultados Transitados registados no exercício resultaram das diferenças verificadas entre a avaliação inicial do património da EDP (efectuada em 1992) e o cálculo posteriormente efectuado no módulo de Património das Empresas. A avaliação inicial foi efectuada por grupos homogéneos do Imobilizado e o carregamento da avaliação referente aos patrimónios destacados foi efectuada item a item, tendo em conta a situação de cada item, pelo que os bens totalmente reintegrados ou que sofreram movimentação em 1993 não foram objecto de reavaliação.

b) Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas

O saldo apresentado em Balanço resulta do ajustamento aos capitais próprios da HDN por correcção da avaliação inicial do património destacado para aquela empresa (269 395 139), deduzido do valor de Lucros não Atribuídos (25 600 000).

c) A proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 1994 é a seguinte:

Reserva Legal	432 842 160
Dividendos	2 940 000 000
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	4 434 024
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	763 900 000
Resultados Transitados	187 245 410

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Matérias-Primas Subsidiárias e de Consumo Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais		1 274 814 382	1 274 814 382
Compras e Produções Internas	110 257 104 922	11 297 131 547	121 554 236 469
Regularização de Existências		(457 169)	(457 169)
Existências Finais		1 492 431 113	1 492 431 113
Custo do Exercício	110 257 104 922	11 079 057 647	121 336 162 569

42 - Variação da Produção (Produtos e Trabalhos em Curso)

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Existências finais	19 224 824
Existências iniciais	13 255 854
Variação do exercício	5 968 970

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

Conselho de Administração	7 078 041
Conselho Fiscal	684 532
Mesa da Assembleia Geral	420 000
Total	8 182 573

44 - Vendas e Prestações de Serviços

	Jan. a Dez. / 94	
(a) Vendas		
(a.1) de energia eléctrica		
em Alta Tensão	11 247 043 221	
em Média Tensão	62 522 581 294	
em Baixa Tensão (>39,6 KVA)	14 517 727 527	
em Baixa Tensão	105 905 151 390	
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	4 229 119 225	198 421 622 657
(a.2) Outras		
Materiais Diversos	189 974 434	189 974 434
(b) Prestações de Serviços		
de Electricidade	602 298 178	
de Outros	400 091 407	1 002 389 585
		199 613 986 676

45 - Demonstração de Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Jan a Dez / 94	Proveitos e Ganhos	Jan a Dez / 94
Juros Suportados	12 119 464 701	Juros Obtidos	950 766 459
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	1 147 769 238	Rendimentos de Imóveis	95 424
Outros Custos e Perdas Financeiras	1 876 832	Diferenças de Câmbio Favoráveis	1 372 855 300
		Desc. de Pronto Pagamento Obtidos	303 636 184
		Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	1 011 706 587
Resultados Financeiros	(9 630 050 617)		
	3 639 059 954		3 639 059 954

a) A rubrica de Juros Suportados inclui entre outros os seguintes montantes:

Juros de empréstimos	11 962 161 270
Juros correcção de hidraulicidade	156 546 083

b) A rubrica de Juros Obtidos inclui entre outros os seguintes montantes:

Juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE, por motivo de atraso na liquidação de facturação	403 170 117
Juros de empréstimos concedidos (HDN)	546 583 466

c) A rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Financeiros inclui o montante de 806 706 587 referentes a compensações debitadas a clientes de BT por motivo de atraso na liquidação de facturação.

46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Jan a Dez / 94	Proveitos e Ganhos	Jan a Dez / 94
Donativos	7 613 000	Restituição de Impostos	
Dívidas Incobráveis	247 522 627	Recuperação de Dívidas	2 763 969
Perdas em Existências	2 231 944	Ganhos em Existências	1 774 775
Perdas em Imobilizações	13 128 941	Ganhos em Imobilizações	25 693 867
Multas e Penalidades	265 063	Benefícios de Penalidades Contratuais	188 259
Aumento de Amortizações e Provisões		Reduções de Amortizações e Provisões	11 874 348 410
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	54 527 409	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	13 710 164
Outros Custos e Perdas Extraordinárias		Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários:	
Prémios Extraord. p/ pensões	9 421 816 350	Em Subsídios para Investimento	1 366 230 542
Indemnizações por Despedimento	375 050 004	Compensação de Amortizações	
Custos com o Pessoal - Cx. Cristl. Magalhães	1 645 051 390	DL 344-B/82	1 435 549 714
Custos com o Pessoal - Cx. G. Aposentações	981 402 389	Outros	188 823 813
Provisão para Reformas Antecipadas	2 420 785 804		
Provisão para a Caixa Cristiano Magalhães	7 000 000 000		
Correcção de Hidraulicidade - Dotação	11 238 444 256		
Outros	81 913 512		
	33 489 752 689		
Resultados Extraordinários	(18 580 669 176)		
	14 909 083 513		14 909 083 513

A Correcção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos, o sistema termoeléctrico é sobreutilizado e os gastos de combustíveis ou importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se.

As tarifas são calculadas tendo em conta os custos de exploração de um ano em condições hidrológicas médias. Assim, para manter a estabilidade tarifária e para evitar distorções nos resultados, os encargos com combustíveis e importação de

electricidade, contabilizados na Demonstração de Resultados, são corrigidos positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável.
Os movimentos expressos na Demonstração de Resultados correspondem à quota-parte da Empresa para a dotação do "Nível de Referência" da Correcção de Hidraulicidade em 1994.
A Correcção de Hidraulicidade constitui um Fundo único para a totalidade do Grupo EDP, sendo gerido centralmente pela Holding.
O nível de referência deste Fundo foi fixado em 77,7 milhões de contos a preços de 31 de Dezembro de 1994, encontrando-se totalmente dotado no final do exercício.

48 - Outras Informações

a) Clientes:

O montante da rubrica Autarquias - Dívida Consolidada em 31/12/1988 é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para a EN (alínea d) desta mesma nota), e de rendas devidas pela Empresa naquela data.
O Decreto-Lei nº 103-B/89, de 4 de Abril, publicado na sequência da resolução do Conselho de Ministros nº 15/89, definiu as condições de regularização das dívidas das autarquias até 31 de Dezembro de 1988 e criou mecanismos de carácter financeiro destinados à sua recuperação (retenções do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro).

b) Acréscimos e Diferimentos:

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Acréscimos de proveitos	
Energia a facturar, por consumos ocorridos até à data do balanço	5 049 065 830
Juros a receber	946 963
Vendas e prestação de serviços a Empresas do Grupo	8 358 948 940
	13 408 961 733
Custos diferidos	
Reparações e beneficiações do imobilizado	22 240 285
Outros custos diferidos	3 841 347
	26 081 632
Acréscimos de custos	
Férias e subsídio de férias	2 028 354 130
Outros acréscimos de custos	1 846 511 456
	3 874 865 586
Proveitos diferidos	
Subsídios para investimento	35 708 895 857

(I) Reparações e Beneficiações de Imobilizado.

Os movimentos na rubrica reparações e beneficiações de Imobilizado foram os seguintes:

Saldo Inicial	26 687 134
Transferência para resultados	4 446 849
	22 240 285

(II) Os subsídios para investimento recebidos no exercício ascendem a 6 726 252 671, sendo 152 435 941 de fundos comunitários da CEE, 5 191 597 429 de comparticipações financeiras de clientes e o restante, de 1 382 219 301, de comparticipações em espécie.

c) Outros Devedores e Credores - a curto prazo:

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Outros devedores	
Devedores por fornec. de outros bens e prest. de serviços - Empresas do Grupo	59 332 429
Devedores por fornecimentos de outros bens e prest. de serviços - Outros	44 677 466
Sistema Financeiro (Holding/ DFN)	73 118 068 336
Devedores diversos - Empresas do Grupo	417 262 951
Devedores diversos - Outros	877 510 573
	74 516 851 755

Outros credores	
RDP - Taxas de radiodifusão	113 806 222
Cauções e retenções recebidas de fornecedores	347 033 762
Credores p/fornec. de outros bens e prest.de serviços - Empresas do Grupo	10 026 444 284
Rendas de concessão	1 238 156 286
Sistema Financeiro (Holding/DFN)	52 894 576 378
Credores diversos - Empresas do Grupo	13 117 223 643
Credores diversos - Outros	199 339 612
	77 936 580 187

d) Imobilizados em integração compensados:

Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração das dívidas até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do Decreto-Lei 344-B/82). As transferências destes valores para Imobilizações Corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolo de regularização das dívidas a celebrar entre a EN e as autarquias (Nota 10 c-II)

e) Subsídios à exploração:

Os subsídios à exploração referem-se, na totalidade, a subsídios recebidos de terceiros para alteração de traçados na rede de distribuição em exploração.

f) Trabalhos para a própria Empresa:

Decomposição dos valores evidenciados na demonstração de resultados:

Consumo de materiais	9 245 426 651
Encargos directos internos (nota 03.I)	1 404 714 630
Encargos de estrutura	3 223 525 067
Encargos financeiros (nota 03.I)	1 026 400 117
Diferenças de câmbio (nota 03.I)	(41 071 506)
Outros trabalhos para a própria Empresa	89 498 552
	14 948 493 511

g) Inventário de Participações Financeiras:

	Saldo inicial(*)				Ajust. de partes de	Saldo em 31.12.94			Fracção do capital detido
	Quant.	Unitário	Valor	Reservas	Capital	Quant.	Unitário	Valor	
EMPRESAS DO GRUPO									
HDN - ENERGIA DO NORTE, S.A.									
Rua do Caires, 292-1º-Esq.º									
BRAGA	4 900 000	1 000$	4 900 000 000	2 100 931 715	(38 795 139)	4 900 000	1 000$	6 962 136 576	100%
EDINFOR									
SISTEMAS INFORMÁTICOS, S.A.									
Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa)									
SACAVÉM	40 000	1 000$	40 000 000			40 000	1 000$	40 000 000	10%
LABELEC - ESTUDOS, DESENVOLVIMENTO									
E ACTIVIDADES LABORATORIAIS, S.A.									
Rua Cidade de Goa, 4									
SACAVÉM	27 500	1 000$	27 500 000			27 500	1 000$	27 500 000	5%
MRH - MUDANÇA E RECURSOS									
HUMANOS, S.A.									
Rua Cova da Moura, 2-4º									
LISBOA	10 000	1 000$	10 000 000			10 000	1 000$	10 000 000	10%
SAVIDA - MEDICINA APOIADA, S.A.									
Avª Casal Ribeiro, 15-6º									
LISBOA	11 500	1 000$	11 500 000			11 500	1 000$	11 500 000	10%
HIDRORUMO - PROJECTO E GESTÃO, S.A.									
Rua do Bolhão, 36									
PORTO	40 000	1 000$	40 000 000			40 000	1 000$	40 000 000	5%
PROET - PROJ. ENGENHARIA TECNOLOGIA, S.A.									
Avª Est. Un. América, 55-2º									
LISBOA	32 250	1 000$	32 250 000			32 250	1 000$	32 250 000	5%

(*) Valores de constituição da Empresa, conforme acta de cisão da EDP

h) Movimento da dívida da EN à Holding, em 1994 (milhares de contos):

(I) Dívida	
Inicial	127 941
Amortização	15 535
em 31.12.1994	112 406
(II) Encargos da dívida	
Juros	11 962
Dif. de câmbio favoráveis	(236)

i) Correcção de Hidraulicidade:

Os movimentos relativos a esta rubrica, no exercício, foram os seguintes:

Dotação para o "Nível de Referência"	11 238 444 256
Encargos financeiros debitados	156 546 083
Agravamento do exercício	952 568 408
Diferencial do exercício creditado	(210 695 046)
Saldo	12 136 863 701

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESIGNAÇÃO	PARCIAIS	TOTAIS
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	213 888 487 231	
Pagamentos a fornecedores	122 056 145 146	
Pagamento ao pessoal	13 155 811 181	78 676 530 904
FLUXO GERADO PELAS OPERAÇÕES		78 676 530 904
Pagamento/Recebimentos do IRC		
Outros rec/Pag. rel. activ. operacional	(7 826 331 131)	(7 826 331 131)
FLUXOS GERADOS ANTES DAS RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS		70 850 199 773
Recebimentos rel. c/rubricas extraordinárias	2 952 228	
Pagamentos rel. c/ rubricas extraordinárias	375 315 067	(372 362 839)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		70 477 836 934
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	26 800 962	
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de investimento	4 763 592 535	
Juros e proveitos similares	559 115 084	
Dividendos		5 349 508 581
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	21 798 299 990	
Imobilizações incorpóreas		21 798 299 990
FLUXO DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		(16 448 791 409)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Reembolso de empréstimo da HDN	709 827 170	
Aumentos de capital/ prest. suplementares e prémios de emissão		
Subsídios e doações		
Cobertura de prejuízos		
Vendas de acções (quotas) próprias		709 827 170
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		
Reembolso de empréstimo à EDP	15 534 809 983	
Amortização de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	12 248 951 519	
Dividendos		
Reduções de capital e prest. suplementares		
Aquisição de acções (quotas) próprias		27 783 761 502
FLUXO DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		(27 073 934 332)
MOVIMENTOS FINANCEIROS COM O GRUPO		
Utilização de fundos do Grupo	198 164 991 972	
Resgate de fundos do Grupo	226 337 521 919	(28 172 529 947)
FLUXO DOS MOVIMENTOS FINANCEIROS COM O GRUPO (4)		(28 172 529 947)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (5) = (1) + (2) + (3) + (4)		(1 217 418 754)
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equiv. no início do período	(1 055 045 341)	
Caixa e seus equiv. no fim do período	(2 272 464 095)	(1 217 418 754)

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

ORIGEM DOS FUNDOS			APLICAÇÃO DE FUNDOS		
Internas:			Distribuições		
Resultados Líquidos	4 328 421 594				
Amortizações e reintegrações do exercício	20 351 791 735		Por aplicação de resultados		
Variação das provisões	(545 152 648)	24 135 060 681	Por aplicação de reservas		
Externas:					
Diminuição dos Capitais Próprios					
Ajust. de partes do capital e res. transitados	(47 404 903)	(47 404 903)	Mov. financeiros a médio e longo prazo :		
			Aumentos de investimentos financeiros		
Mov. financeiros a médio e longo prazo			Partes de capital		
Diminuições de investimentos financeiros:			Obrigações e outros títulos		
Partes de capital	38 795 139				
Outras aplicações financeiras			Diminuições de dívidas a Terceiros a M/L prazo:		
			Accionistas	13 981 836 381	
Diminuições de dívidas de terceiros M/L prazo:			Conta de regularização (DL 344-B/82)	1 495 549 714	
Autarquias - dívidas em 31.12.94	1 510 247 000		Aumentos de dívidas de Terceiros M/Lprazo		
Accionistas	638 444 453		Autarquias - dívida em 31.12.88		
			Défice do ex-FAT (adicionais)		15 417 366 095
Aumentos de dívidas a terceiros M/L prazo:					
Empréstimos bancários			Aumentos de Imobilizações:		
Empréstimos por obrigações			Aquisição de Imobilizações:		
Estado e associadas			Imobilizações corpóreas	23 289 189 984	
Outros credores	553 326 366	2 740 812 958	Imobilizações incorpóreas	4 139 440	
			Imobilizações em curso	3 860 111 420	
Diminuições de imobilizações:			Conservação diferida		
Cessão de imobilizações (valor líquido contab.)	16 321 085	16 321 085			
			Aproveitamentos de fins múltiplos		27 153 439 844
Acréscimos e diferimentos:					
Proveitos diferidos - Subsídios p/investimento	5 360 022 129	5 360 022 129	Acréscimos e diferimentos:		
			Custos diferidos	4 446 849	4 446 849
Diminuições de fundos circulantes		10 370 460 838			
Total		42 575 272 788	Total		42 575 272 788

VARIAÇÃO DOS ELEMENTOS DOS FLUXOS CIRCULANTES

ACTIVAS		PASSIVAS	
Aumentos de existências:		Diminuições de existências:	
Produtos e trabalhos em curso	5 968 970	Produtos e trabalhos em curso	
Materiais diversos	217 616 731	Materiais diversos	
Adiantamentos por conta de compras	60 556 582	Adiantamento por conta de compras	
Aumentos de dívidas de Terceiros - Curto Prazo:		Diminuições de dívidas de Terceiros - Curto Prazo:	
Clientes c/ gerais		Clientes c/ gerais	1 231 465 707
Clientes - títulos a receber		Clientes - títulos a receber	2 451 727
Clientes de cobrança duvidosa	525 451 382	Clientes de cobrança duvidosa	71 382 717
Estado e outros entes públicos	346 964 134	Estado e outros entes públicos	
Défice do ex-fat		Défice do ex-fat	
Outros credores	71 713 808 229	Outros credores	
Diminuições de dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		Aumentos de dívidas a Terceiros - Curto Prazo:	
Depósitos à Ordem		Depósitos à Ordem	1 272 215 173
Fornecedores c/ gerais		Fornecedores c/ gerais	10 734 138 237
Accionistas	1 552 973 602	Accionistas	15 867 050
Fornecedores de Imobilizado c/c	10 911 447	Fornecedores de Imobilizado c/c	
Estado e outros entes públicos		Estado e outros entes públicos	2 994 829 338
Outros credores		Outros credores	75 673 762 043
Acréscimos e diferimentos:		Acréscimos e diferimentos:	
Acréscimos de proveitos	9 223 188 035	Acréscimos de custos	1 885 952 234
		Outros custos diferidos	632 143
Aumentos de disponibilidades:		Aumentos de disponibilidades:	
Caixa	54 796 419	Caixa	
Diminuições de fundos circulantes	10 370 460 838		
Total	94 082 695 369	Total	94 082 695 369

VALOR ACRESCENTADO BRUTO

DESCRIÇÃO		1994
Vendas e Prestações de serviços		199 613 986 676
Trabalhos para a própria empresa		13 963 164 900
Produtos e trabalhos em curso		5 968 970
Outras receitas		291 664 112
(A) - Proveitos Internos Inerentes ao V.A.		213 874 784 658
Compras de electricidade		110 257 104 922
Materiais diversos		11 079 057 647
Correcção de hidraulicidade		741 873 362
Fornecimentos e serviços externos		8 726 742 060
Impostos indirectos		92 315 185
(B) - Consumos Corrigidos		130 897 093 176
VAB - Valor Acrescentado Bruto	**(A-B)**	**82 977 691 482**
Despesas com pessoal		20 120 392 136
Despesas financeiras		13 269 110 771
Receitas financeiras		(3 639 059 954)
Imputação de despesas financeiras a TPE		(985 328 611)
Juros de FAT e correcção de hidraulicidade		
Amortizações		20 351 791 735
Provisões		1 905 724 668
Outros encargos de exploração		6 263 185 328
Outros proveitos		(10 979 717)
Resultados extraordinários		18 580 669 176
Imposto sobre o Rendimento do exercício		2 793 764 356
Resultados líquidos do exercício		4 328 421 594
(C) = (A) - (B) = VAB		82 977 691 482
VAL - Valor Acrescentado Líquido	**(VAL=VAB-AMORT.)**	**62 625 899 747**

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da "EN - ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A.", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 430 701 482 contos e um total de capital próprio de 140 157 508 contos, incluindo um resultado líquido 4 328 421 contos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

   - a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

   - a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "EN - ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A.", em 31 de Dezembro de 1994, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto quanto à derrogação expressa no ponto nº 7.2 abaixo.

ÊNFASES

7. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

   7.1 A Empresa teve custos extraordinários, no valor de 33 489 752 contos, provenientes, na sua maior parte, da constituição de provisões e da dotação para Correcção de Hidraulicidade, e proveitos extraordinários, na importância de 14 909 083 contos, derivados, essencialmente, da anulação de provisões, conforme nota 46 do Anexo.

   7.2 A Empresa, com suporte em lei específica (Decreto-Lei nº 338/91), efectuou a contabilização da Correcção de Hidraulicidade, afastando-se, por esse facto, do princípio contabilístico de especialização dos exercícios. A referida derrogação influenciou, de modo negativo, os resultados do exercício em 12 136 863 contos, conforme nota 48.i) do Anexo.

   7.3 A Empresa efectuou contagens físicas das suas existências no decurso do exercício, as quais acompanhámos no período final do ano. Contudo, em virtude de apenas termos sido designados em 18 de Agosto de 1994, não nos foi possível validar as existências em 31 de Dezembro de 1993 e, por conseguinte, também não nos foi possível validar o valor reflectido na rubrica "Custo das existências vendidas e consumidas" no final deste exercício, embora nada nos indicie que esse valor não esteja correcto.

Porto, 23 de Março de 1995

António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos - ROC nº 177

GRUPO EDP
EN

Senhores accionistas:

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal da "EN - ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A.", apresentar o relatório da sua actividade em 1994, bem como parecer sobre o relatório do Conselho de Administração, Balanço, Demonstração dos Resultados e respectivo Anexo, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1994.

Principiamos este relatório por referir que se trata do primeiro ano de actividade desta Empresa como entidade institucional autónoma.

Com efeito, o processo de reestruturação da EDP-ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A., que teve como suporte jurídico o Decreto-Lei nº 7/91, de 9 de Janeiro, determinou a cisão da referida Empresa em várias Empresas, entre as quais a EN-ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A..

Este processo teve o seu epílogo na Assembleia Geral de 18 de Agosto de 1994, em que foi deliberada a cisão e automaticamente a constituição das novas sociedades.

Embora a data da constituição da sociedade seja 18 de Agosto de 1994, o relatório de gestão e as demonstrações financeiras abrangem todo o exercício de 1994, incluindo a actividade da extinta Direcção Operacional de Distribuição Norte (DODN) da EDP, subtraída do seu Departamento de Produção Hidráulica, desde o início do ano até 31 de Agosto findo. As condições de reestruturação da EDP determinaram este procedimento.

A realização do capital social, de 67 950 000 contos, efectuou-se através da transmissão de bens activos e responsabilidades da sociedade cindida. Dessa transmissão, resultou ainda um saldo de 67 926 491 contos, que foi contabilizado como Reservas Livres.

Na sequência da referida reestruturação jurídica, os membros dos corpos sociais foram designados em 18 de Agosto de 1994. Por essa circunstância, o nosso acompanhamento da actividade da Empresa no exercício, circunscreveu-se apenas ao período decorrido entre a referida data e o final do ano.

No desempenho das nossas funções, reunimos regularmente, com uma periodicidade mensal, tendo acompanhado a gestão da Empresa com a intensidade considerada necessária. As reuniões com o Conselho de Administração e com os técnicos responsáveis pelos vários Serviços, que nos prestaram sempre os esclarecimentos solicitados, permitiram seguir o funcionamento da Empresa.

A análise dos vários elementos contabilísticos que, de modo sistemático, nos foram facultados, possibilitaram-nos acompanhar, ao longo dos meses em que actuámos, a evolução dos resultados.

O exame dos livros e registos contabilísticos foi efectuado e, por amostragem, foram verificados os documentos de suporte. No que respeita aos controlos de valores e existências, socorremo-nos também dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Empresa.

O Conselho Fiscal apreciou o relatório do Conselho de Administração que contém uma exposição pormenorizada sobre a actividade da Empresa no ano findo e inclui as menções impostas pelo Código das Sociedades Comerciais.

O Balanço, Demonstração dos Resultados e respectivo Anexo foram elaborados de acordo com as normas contabilísticas geralmente aceites em Portugal, nomeadamente as constantes do Plano Oficial de Contabilidade, com excepção do princípio de especialização dos exercícios, que não foi seguido, ao ser efectua-

da a contabilização da Correcção de Hidraulicidade.

O Relatório do Conselho de Administração e as contas realçam os factores que mais influenciaram o resultado apurado, evidenciando uma sólida estrutura financeira.

Permitimo-nos destacar na elaboração das demonstrações financeiras os efeitos nos resultados derivados da constituição de provisões extraordinárias e da dotação para a Correcção de Hidraulicidade, por um lado, e da anulação de provisões, por outro lado.

Os resultados líquidos apurados, no valor de 4 328 421 contos, foram considerados aceitáveis.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo seu membro Revisor Oficial de Contas, tendo apreciado e comentado o seu relatório de fiscalização e a Certificação Legal das Contas, cujos teores mereceram a sua concordância, documentos esses que se consideram como fazendo parte integrante deste relatório.

No exercício das nossas funções, não detectámos qualquer violação das normas legais e estatutárias que implicassem a sua informação à Assembleia Geral.

Como corolário do acima exposto, o Conselho Fiscal apresenta o seguinte parecer:

1º Que sejam aprovados o relatório do Conselho de Administração e as contas respeitantes ao exercício de 1994.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados, incluída no relatório do Conselho de Administração.

3º Que se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos da alínea c), do nº 1, do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal quer manifestar o seu apreço pela permanente disponibilidade e pela excelente colaboração por parte do Conselho de Administração e de cada um dos seus membros, bem como parte dos Serviços e quadros da Empresa, com quem contactou, o que muito facilitou o seu trabalho.

Porto, 23 de Março de 1995

O Conselho Fiscal
João Batista Lemos Costa - Presidente
António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177
António Carlos Machado Vieira

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA EN, S.A., REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1995.

ACTA Nº 3

«(...) Em seguida foi este ponto da ordem de trabalhos submetido à votação da Assembleia, tendo o relatório de gestão e as contas do exercício de mil novecentos e noventa e quatro sido aprovadas pelo accionista.

Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa solicitou a intervenção do Presidente do Conselho de Administração, o qual apresentou a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Para Reserva Legal 432 842 160$00
(quatrocentos e trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta escudos)

Para Dividendos 2 940 000 000$00
(dois milhões, novecentos e quarenta mil contos)

Para Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes 4 434 024$00
(quatro milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e vinte e quatro escudos)

Para Distribuição de Resultados aos Trabalhadores 763 900 000$00
(setecentos e sessenta e três milhões e novecentos mil escudos)

Para Resultados Transitados 187 245 410$00
(cento e oitenta e sete milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e dez escudos)

Submetida esta proposta à votação da Assembleia, foi a mesma aprovada pelo accionista.

(...)»

MAP 5112/4
MAP 5131

PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

	Unidades	1990	1991	1992	1993	1994
ENERGIA ENTRADA	GWh	9 077,2	9 623,7	10 221,0	10 277,2	10 748,2
Grupo EDP	GWh	9 056,3	9 599,5	10 184,4	10 037,5	10 299,9
HDN	GWh	318,1	377,9	144,9	192,2	221,5
REN	GWh	8 714,6	9 203,2	10 028,3	9 807,8	10 075,1
CENEL	GWh	23,6	18,4	11,2	37,5	3,3
Recepção de Outras Empresas (DL 189/88)	GWh	20,9	24,2	36,6	239,7	448,3
VENDAS DE ENERGIA ELÉCTRICA	GWh	8 153,6	8 690,5	9 413,4	9 280,8	9 711,2
A empresas do Grupo EDP	GWh					53,5
A outros distribuidores	GWh	68,0	75,9	77,9	79,8	82,9
A consumidores directos: AT/MT	GWh	4 698,0	4 948,3	4 813,3	4 137,5	4 348,0
A consumidores directos: BT	GWh	3 387,6	3 666,3	4 522,2	5 063,5	5 226,8
PROVEITOS DA VENDA DE ELECTRICIDADE	1000 contos	118 385	142 191	168 211	179 549	198 422
INVESTIMENTO TOTAL	1000 contos	20 211	20 660	18 961	21 112	25 422
INVESTIMENTO AFECTO À ELECTRICIDADE	1000 contos	19 498	20 025	18 388	20 296	24 635
INSTALAÇÕES EM SERVIÇO (em 31 Dezembro)						
Subestações - Potência de transformação	MVA	3 605	3 746	4 364	4 433	4 496
Comprimento das linhas AT/MT	km	13 445	14 068	14 321	14 644	14 953
Cabos subterrâneos AT/MT	km	691	764	1 409	1 520	1 657
Postos de transformação - Potência instalada	MVA	2 447	2 639	3 367	3 582	3 802
Comprimento das linha BT	km	33 118	33 933	34 522	34 690	35 203
Cabos subterrâneos BT	km	3 619	3 854	5 955	6 195	6 430
Contadores	Milhares	1 326	1 368	1 578	1 636	1 664
NÚMERO DE CLIENTES (em 31 Dezembro)	Milhares	1 319,0	1 354,5	1 556,1	1 589,2	1 630,4
Em Alta e Média tensão	Milhares	4,5	4,7	5,1	5,3	5,5
Em Baixa tensão	Milhares	1 314,5	1 349,8	1 551,0	1 583,9	1 624,9
EFECTIVOS DE PESSOAL (em 31 Dezembro)		5 229	4 775	4 892	4 602	4 448

ALGUNS INDICADORES RELEVANTES

	1994
Rendibilidade dos Capitais Próprios	
Resultados Líquidos / Capitais Próprios (%)	2,7
Rendibilidade Económica Líquida	
Resultados Operacionais / Activo (%)	8,2
Rendibilidade Económica Bruta	
(Resultados Operacionais + Amortiz. Líq. + Prov. Líquidas) / Activo (%)	12,2
Rotação do Activo	
Vendas / Activo (%)	46,3
Autonomia Financeira	
Capital Próprio / Activo (%)	32,5
Liquidez Geral	
Capitais Circul. / Passivo Curto Prazo (%)	104,2
Estrutura Financeira	
Passivo MLP / Capitais Próprios (%)	108,7
Capacidade de Autofinanciamento	
Cash Flow / Investimento Custos Técnicos (%)	98,8
Cobertura do Imobilizado	
Capitais Permanentes / Activo Fixo (%)	96,6
Solvabilidade Total	
Activo / Passivo (%)	160,8
Prazo Médio de Recebimentos (meses)	
Créd. Correntes Clientes / Vendas x 12	1,3
Taxa de Cobertura das Existências Totais (meses)	
Existências / Consumos x 12	1,6
Taxa de Cobertura de Materiais Diversos (meses)	
Existências / Consumos x 12	1,6
V.A.B. Per Capita (Milhares de contos)	
V.A.B. / Número médio de efectivos	18,2
Vendas Per Capita (Milhares de contos)	
Vendas / Número médio de efectivos	43,9

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS ANUAIS

Milhares de contos				Composição (%)	
	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Custo Total	Custos Técnicos	Encargos Financeiros
1990	18 910	1 301	20 211	93,6	6,4
1991	19 696	964	20 660	95,3	4,7
1992	17 856	1 105	18 961	94,2	5,8
1993	19 701	1 411	21 112	93,3	6,7
1994	24 437	985	25 422	96,1	3,9

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO A CUSTOS TÉCNICOS

(Milhares de contos)

Preços correntes			Preços de 1994	
Ano	Total	Inv. afecto à electricidade	Total	Inv. afecto à electricidade
1990	18 910	18 207	25 824	18 207
1991	19 696	19 071	24 144	19 701
1992	17 856	17 295	20 100	17 295
1993	19 701	18 936	20 765	18 936
1994	24 437	23 702	24 437	23 702
Investimento Médio Anual	20 120	19 442	23 054	19 442

BALANÇO ANUAL DA ENERGIA ELÉCTRICA

GWh

Rubricas	1993	1994
ENERGIA ENTRADA NA REDE	10 277,2	10 748,2
HDN	192,2	221,5
REN	9 807,8	10 075,1
CENEL	37,5	3,3
Outras recepções (DL 189/88)	239,7	448,3
ENERGIA SAÍDA DA REDE (1 + 2 + 3)	9 302,2	9 721,0
1 - Venda de Energia	9 280,8	9 711,2
AO GRUPO		53,5
DISTRIBUIDORES	79,8	82,9
FORNECIMENTO DIRECTO A CLIENTES	9 201,0	9 574,8
Alta e Média Tensão	4 137,6	4 347,9
Baixa Tensão	5 063,4	5 226,9
2 - Cedências de Energia	13,4	
3 - Consumos Próprios	8,0	9,8
PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO	975,0	1 027,2

CONSUMOS FINAIS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS

Rubricas	1993	1994	Variação 1994 / 93	
			Valor absoluto	%
NÚMERO DE CLIENTES	**1 589 242**	**1 630 391**	**41 149**	**2.6**
Em muita alta tensão		1	1	
Em alta tensão	28	29	1	3.6
Em média tensão	5 311	5 457	146	2.7
Em baixa tensão	1 583 903	1 624 904	41 001	2.6
CONSUMO DE ELECTRICIDADE (GWh)	**9 209,0**	**9 584,6**	**375,6**	**4,1**
Iluminação e outros usos	4 218,9	4 384,6	165,7	3,9
Domésticos	2 854,3	2 927,0	72,7	2,5
Não Domésticos	1 364,6	1 457,6	93,0	6,8
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	264,8	274,8	9,9	3,7
Cozinha e aquecimento	17,9	11,6	-6,3	-35,3
Usos Industriais	4 332,8	4 513,8	180,9	4,2
Usos Agrícolas	72,8	77,6	4,8	6,5
Tracção	45,6	45,9	0,3	0,7
Electroquímica e Electrometalurgia	0,2	5,3	5,1	2 651,3
Iluminação Pública	255,9	271,1	15,3	6,0

CONSUMOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS

Classes de Indústrias	1993 (GWh)			1994 (GWh)			Variações em % 1994/93		
	AT/MT	BT	TOTAL	AT/MT	BT	TOTAL	AT/MT	BT	TOTAL
20 - Indústrais extractivas	50,7	1,7	52,4	51,6	1,7	53,4	1,9	3,2	1,9
30 - Indústria de alimentação bebidas e tabaco	315,7	106,0	421,7	330,9	118,5	449,4	4,8	11,7	6,6
32 - Indústrias têxteis, do vestuário e do couro	1 482,2	172,3	1 654,5	1 445,4	170,6	1 616,0	-2,5	-1,0	-2,3
33 - Indústrias da madeira e da cortiça	227,2	64,0	291,2	221,7	66,1	287,8	-2,4	3,3	-1,2
34 - Ind. do papel, artes gráficas e edição de publicações	179,8	14,3	194,2	165,2	15,9	181,1	-8,1	11,3	-6,7
35 - Ind. químicas, dos deriv. do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico	449,4	33,2	482,6	479,4	35,9	515,3	6,7	8,4	6,8
36 - Ind. dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão	268,0	21,5	289,5	279,6	21,3	300,9	4,3	-0,8	3,9
37 - Ind. metalúrgicas de base	154,1	7,4	161,5	291,2	8,0	299,2	89,0	7,4	85,2
38 - Fabric. de prod. metálicos e de máquinas equipam. e material de transporte	397,9	79,4	477,4	413,4	81,0	494,4	3,9	1,9	3,6
39 - Out. ind. transformadoras	26,4	20,5	46,9	33,1	18,8	51,9	25,2	-8,4	10,5
- Elevação de água para usos municipais	99,6	29,4	129,0	102,2	33,3	135,5	2,6	13,1	5,0
- Construção e obras públicas	28,0	104,2	132,2	26,7	107,6	134,3	-4,6	3,3	1,6
TOTAL	3 679,1	653,9	4 333,0	3 840,4	678,6	4 519,0	4,4	3,8	4,3
Consumos agrícolas	12,6	60,2	72,8	12,9	64,7	77,6	2,5	7,4	6,5
TOTAL GERAL	3 691,7	714,1	4 405,8	3 853,3	743,3	4 596,6	4,4	4,1	4,3

EVOLUÇÃO DAS INSTALAÇÕES EM SERVIÇO

Rubricas	Em serviço em 93.12.31	Entradas em serviço em 1994	Retiradas de serviço em 1994	Em serviço em 94.12.31
SUBESTAÇÕES				
Número de Subestações	97	3	4	96
Número de Transformadores	191	13	15	189
Potência instalada (MVA)	4 433,3	299,0	236,0	4 496,3
LINHAS (incluindo ramais em km)				
Aéreas				
AT (60 / 130 kV)	1 747,9	157,1	80,7	1 824,3
MT (<6/15/30 kV)	12 895,7	375,3	141,8	13 129,2
Cabos Subterrâneos				
AT (60 kV)	40,8	-	-	40,8
MT (<6/15/30 kV)	1 478,8	164,5	27,3	1 616,0
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO				
Unidades	12 679	628	56	13 251
Potência instalada (MVA)	3 582,1	246,1	26,4	3 801,8
REDES BT (km)				
Aéreas	34 690,2	1 022,2	509,0	35 203,4
Subterrâneas	6 194,8	244,3	9,3	6 429,8
CONTADORES (unidades)				
AT + MT	6 003	892	246	6 649
BT + BTE	1 607 260	164 505	114 290	1 657 475

Edição:
EN - Electricidade do Norte, S.A.
Rua Gonçalo Cristóvão, 216 - 4000 Porto

Impressão: MARCA - Artes Gráficas

Tiragem: 2000 exemplares

ISSN: 0873-142X

Depósito Legal n.º 89427/95

Junho 1995

EN
Electricidade do Norte, S.A.

Sede Social: *Rua Gonçalo Cristóvão, 216 – 4000 PORTO*
Telef. (02) 32 15 14 – Fax (02) 31 08 23